



**ESTADO DO AMAZONAS  
CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA  
COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 001/2026**

**DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA/AM**, inscrita no CNPJ nº 04.011.904/0001-73, situada na Avenida da Amizade, nº1170, Bairro Centro, CEP nº 69.640-000 - Tabatinga/AM, por meio da **COMISSÃO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – CLCP** realizará **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS**, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto nº 10.818, de 2021; Orientação Normativa AGU nº 54/2014, Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012; Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009; IN SEGES/ME nº 73/2022; IN SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal nº 001/2025 e Resolução Legislativa nº 001/2025 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão pública:** 06/07/2026 às 08h30min (Horário Local).

**Critério de julgamento:** MENOR PREÇO POR ITEM.

**Preferência ME/EPP/Equiparadas:** SIM

**Local:** Sala das Comissões da Câmara Municipal “ Vereador João Carlos”, Avenida da Amizade, nº 1170, Bairro Centro, Tabatinga/AM.

**Obtenção do edital:** Os interessados poderão adquirir o presente Edital e seus anexos, na forma eletrônica via internet, no link de acesso <https://camaradetabatinga.am.gov.br/portal-da-transparencia/> (Portal da Transparência) ou <https://pncp.gov.br/> (Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP).

**Dúvidas e Esclarecimentos no e-mail:** [camara.tabatingaam@gmail.com](mailto:camara.tabatingaam@gmail.com).

**Na hipótese de não haver expediente na data acima, bem como, for declarado feriado ou ponto facultativo para o recebimento das documentações e propostas, e não havendo retificações de convocação por ofício, comunicados ou publicação por qualquer outro meio, fica a presente licitação, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil subsequente àquele, na mesma hora e local, independentemente de aviso ou notificação aos interessados, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.**

A Lei nº 14.133/2021 também prevê, no § 2º do artigo 17 que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

**A SESSÃO SERÁ PÚBLICA, GRAVADA EM ÁUDIO E VÍDEO E ANEXADO NO PROCESSO.  
NÃO SERÁ TOLERADO ATRASO DE PARTICIPANTES APÓS O HORÁRIO DO CREDENCIAMENTO.**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Constitui o objeto da presente licitação a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA/AM**, conforme condições, quantidades prazos e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

**1.3.** A presente licitação não será exclusiva para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, observando-se, contudo, o tratamento diferenciado e favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, quando aplicável, sendo o certame regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pela Lei Federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, e demais normas aplicáveis.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

Avenida da Amizade, nº 1170, Bairro Centro, CEP nº 69.640-000 - Tabatinga/AM

E-mail: [camara.tabatingaam@gmail.com](mailto:camara.tabatingaam@gmail.com)

Endereço Eletrônico: <https://camaradetabatinga.am.gov.br/portal-da-transparencia/>



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

**2.1.** O presente certame será processado pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, sendo que as regras referentes ao órgão gerenciador, aos órgãos participantes e, se houver, aos órgãos não participantes, bem como às condições de adesão, gestão e execução da Ata de Registro de Preços, são as estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, parte integrante deste Edital.

### **3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**3.1.** Por se tratar de licitação processada pelo Sistema de Registro de Preços, fica dispensada a indicação prévia da dotação orçamentária, nos termos do art. 82, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a respectiva previsão orçamentária ser exigida apenas no momento da formalização da contratação ou da emissão do instrumento equivalente.

### **4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar deste Pregão quaisquer empresas interessadas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

**I.** Para fins de verificação da compatibilidade entre as atividades da licitante e o objeto licitado, serão considerados o(s) código(s) CNAE e/ou as atividades descritas no Contrato Social, Estatuto ou ato constitutivo, desde que guardem pertinência com o objeto do certame, não sendo exigida correspondência literal.

**4.2.** Estarão habilitadas a participar desta licitação as empresas que apresentarem a documentação comprobatória relativa à habilitação jurídica, qualificação técnico-operacional, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, e conforme exigências previstas neste Edital.

**4.3.** Não poderão concorrer nesta licitação, observadas as vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021:

- a.** Aquele que não atenda às condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- b.** O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra ou serviço, ou fornecimento de bens a eles relacionados.
- c.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico, nos termos da legislação aplicável.
- d.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando aplicável.
- e.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, em decorrência de sanção aplicada nos termos da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem seus efeitos.
- f.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, vedada, igualmente, a subcontratação de pessoas com tais vínculos, nos termos da legislação vigente.
- g.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, quando concorrendo entre si, de modo a comprometer a competitividade do certame.
- h.** Empresa que tenha sido declarada inidônea, suspensa ou impedida de licitar e contratar, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, enquanto vigentes os efeitos da sanção, nos termos da legislação aplicável.

### **5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

**5.1.** Declarada aberta a sessão pública pela Pregoeira, no horário e local indicados no Edital, será realizado o credenciamento dos representantes das licitantes, não sendo admitido o ingresso de novos participantes após o encerramento do credenciamento.

**5.2.** Concluído o credenciamento, os representantes das licitantes entregarão os envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação. Na sequência, proceder-se-á à abertura dos envelopes das propostas de preços, à classificação das propostas e à realização da fase de lances. Encerrada a fase de lances, será aberto o envelope de habilitação da licitante melhor classificada, passando-se à fase de habilitação, conforme as regras estabelecidas neste Edital.

À CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA  
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL DE  
PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2026  
(NOME DO PROPONENTE/LICITANTE)



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

**5.3.** A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope fechado e lacrado, contendo, em sua parte externa, a identificação da licitante, a modalidade e o número do pregão, o objeto da licitação e a indicação “PROPOSTA DE PREÇOS”, conforme modelo definido neste Edital:

**5.4.** O Envelope dos Documentos de Habilitação deverá ser apresentado fechado e lacrado, contendo, em sua parte externa, a identificação da licitante, a modalidade e o número do pregão, o objeto da licitação e a indicação “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, conforme modelo previsto neste Edital:

**À CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2026**  
**(NOME DO PROPONENTE/LICITANTE)**

## **6. DO CREDENCIAMENTO**

**6.1.** No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, o representante da licitante deverá apresentar-se para credenciamento, antes da entrega dos envelopes, munido de documento que o credencie a participar do certame, respondendo por sua representada.

**6.2.** Cada licitante poderá credenciar apenas 01 (um) representante, o qual será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, a formular lances e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, em nome da representada.

**6.3.** O credenciamento do representante legal do licitante ocorrerá no início da sessão pública do Pregão Presencial, mediante a apresentação, fora dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, dos seguintes documentos:

**I.** Termo de Credenciamento, conforme modelo constante do Anexo correspondente, ou instrumento de procuração, dispensado o reconhecimento de firma, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 13.726/2018, exceto quando houver dúvida fundada quanto à autenticidade.

**II.** Documento oficial de identificação com foto do representante credenciado.

**III.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva, a fim de comprovar os poderes de representação da empresa.

**IV.** No caso de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado que possua poderes de administração, a comprovação deverá ser feita por meio do ato constitutivo da empresa, dispensada a apresentação de procuração.

**V.** Quando o representante não possuir poderes de administração constantes do ato constitutivo, a representação deverá ocorrer por meio de procuração ou termo de credenciamento, conforme disposto no inciso I;

**VI.** As declarações exigidas neste Edital deverão ser apresentadas no momento do credenciamento ou conforme disposição específica constante do instrumento convocatório.

**6.4.** A Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme modelo constante em anexo, será exigida apenas das licitantes que pretendam usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, declarando, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais e que não se enquadram nas vedações do § 4º do art. 3º da referida Lei.

**6.5.** A prestação de declaração falsa, com o objetivo de obter os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, sujeitará a licitante às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital.

**6.6.** Os documentos apresentados em forma de cópias deverão estar legíveis, sob pena de indeferimento do credenciamento, podendo a Administração solicitar a apresentação do original para conferência, se necessário.

**6.7.** Somente participarão da fase de lances verbais as licitantes devidamente credenciadas, nos termos deste Edital.

**6.8.** A ausência ou irregularidade no credenciamento não acarretará a inabilitação da licitante, porém impedirá a formulação de lances, a manifestação imediata da intenção de recorrer e a prática de quaisquer atos que dependam da atuação de representante legal durante a sessão pública, permanecendo válida a proposta apresentada.

**6.9.** Não será admitida a apresentação ou complementação de documentos de credenciamento após o encerramento desta fase, observado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e o disposto na Lei nº 14.133/2021.

## **7. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA**

**7.1.** Iniciada a sessão pública e encerrado o credenciamento dos representantes das licitantes, não será admitida a participação de novos licitantes no certame, observadas as disposições deste Edital.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

7.2. Encerrado o credenciamento, a Pregoeira procederá à abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, independentemente de os licitantes estarem ou não credenciados, e, após a fase de lances, à abertura do envelope contendo os Documentos de Habilitação do licitante vencedor, na forma prevista neste Edital.

## **8. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

8.1. O licitante deverá apresentar sua Proposta de Preços, em uma única via, em envelope fechado e lacrado, a qual será recebida, analisada e rubricada pela Pregoeira, pela equipe de apoio e pelos licitantes presentes, quando assim entenderem,

observadas as disposições deste Edital.

8.2. Não serão aceitas pela Pregoeira e pela equipe de apoio propostas ou documentos referentes à Proposta de Preços encaminhados por correio, meio eletrônico, fac-símile ou apresentados fora da data e do horário estabelecidos neste Edital.

8.3. Na apresentação da Proposta de Preços deverão ser observadas as seguintes regras:

I. A proposta deverá ser redigida de forma clara e objetiva, preferencialmente em papel timbrado da empresa, sem alternativas de preços, emendas, rasuras ou entrelinhas.

II. A proposta deverá estar assinada pelo representante legal da licitante, dispensado o reconhecimento de firma, nos termos da Lei Federal nº 13.726/2018.

III. A proposta deverá estar em conformidade com o modelo constante do Anexo correspondente, contendo todas as informações nele exigidas, sob pena de desclassificação, ressalvada a possibilidade de saneamento de falhas formais, a critério do Pregoeiro, desde que não haja alteração do conteúdo ou do valor da proposta, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

IV. Deverão constar da proposta os valores unitários e totais dos itens licitados, bem como o valor global da proposta, expressos em moeda corrente nacional, em algarismos, prevalecendo o valor unitário em caso de divergência, devendo estar incluídos todos os tributos, encargos, custos e despesas diretas e indiretas incidentes sobre o objeto.

V. Todos os tributos, custos e despesas, ainda que omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados inclusos nos preços propostos, sendo vedada qualquer alegação posterior para fins de reajuste ou modificação da proposta.

VI. A proposta deverá ser elaborada em estrita conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, não sendo aceita oferta em desacordo, sob pena de desclassificação.

VII. Não serão consideradas, para fins de julgamento, quaisquer vantagens ou condições não previstas neste Edital e em seus Anexos.

VIII. A proposta deverá ter prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

IX. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, os licitantes ficarão liberados dos compromissos assumidos, ressalvado o licitante vencedor que tenha ofertado prazo de validade superior.

X. Na hipótese de a proposta não indicar expressamente o prazo de validade, este será considerado automaticamente como de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública.

XI. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, pela licitante, de todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

XII. Após a abertura das propostas, não será admitida a desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado e aceito pelo Pregoeiro, sendo os preços ofertados de exclusiva responsabilidade da licitante.

XIII. A proposta escrita, no que concerne ao objeto, condições de execução, prazo de validade da proposta, não será objeto de alteração. Apenas os preços cotados poderão ser revistos, para fins de oferta de lances.

8.4. Além das hipóteses previstas neste Edital, serão desclassificadas as propostas que:

I. Não atendam às exigências do Edital e de seus Anexos, ou que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de comprometer o julgamento.

II. Apresentem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, considerados os custos e encargos incidentes.

III. Apresentem preços manifestamente inexequíveis, nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

IV. Após a fase de negociação, não consigam adequar seus preços ao valor estimado pela Administração, quando este houver sido previamente divulgado no processo.

V. Havendo dúvida quanto à exequibilidade da proposta, especialmente em razão da apresentação de preços significativamente inferiores aos estimados pela Administração, a Pregoeira poderá promover diligência para que a licitante demonstre a viabilidade econômica da proposta, podendo solicitar, exemplificativamente:





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

- a) planilha de composição de custos;
  - b) notas fiscais de aquisições recentes;
  - c) contratos de fornecimento;
  - d) propostas comerciais emitidas por fabricantes ou distribuidores;
  - e) cotações comerciais;
  - f) documentos fiscais e logísticos que demonstrem a capacidade de execução do objeto.
- A diligência observará o disposto no art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

## **9. MODO DE DISPUTA**

**9.1.** O modo de disputa adotado será o **ABERTO**, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, exclusivamente decrescentes, incidentes sobre os preços inicialmente

propostos, observadas as regras estabelecidas neste Edital.

## **10. DA FASE DE LANCES**

**10.1.** Participarão da fase de lances as licitantes cujas propostas tenham sido consideradas aceitáveis, observado o critério de julgamento definido neste Edital, sendo admitidas para a etapa competitiva aquelas que apresentarem propostas em até 10% (dez por cento) superiores à melhor proposta classificada, por item, para início da disputa.

**10.2.** Não havendo, no mínimo, três propostas enquadradas no intervalo previsto no subitem anterior, serão classificadas as propostas subsequentes, até o máximo de três, para participação na etapa de lances, independentemente do percentual, visando à ampliação da competitividade.

**10.3.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão formular lances verbais, sucessivos, distintos e decrescentes, incidentes sobre o menor preço por item, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor, seguindo-se as demais, conforme orientação da Pregoeira.

**I.** Na hipótese de empate entre duas ou mais propostas escritas, a Pregoeira aplicará, de forma sequencial, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em sessão pública, mediante método imparcial, auditável e compreensível, do qual participarão exclusivamente as licitantes empatadas, com a finalidade única de definir a ordem de apresentação dos lances.

**II.** Não serão admitidos lances de mesmo valor, prevalecendo aquele registrado primeiro, conforme controle da sessão pública.

**III.** O intervalo mínimo de diferença entre os lances, em valores ou percentuais, poderá ser definido pela Pregoeira, desde que informado previamente às licitantes, aplicando-se tanto aos lances intermediários quanto ao lance final.

**IV.** Os valores ofertados não poderão ser superiores aos preços máximos estimados pela Administração, constantes do processo administrativo, nem superiores ao último menor lance apresentado, sob pena de desclassificação.

**V.** Os lances ofertados e registrados em ata são irrevogáveis, sendo de inteira responsabilidade da licitante, vedada qualquer alegação posterior de erro, omissão ou equívoco.

**VI.** A desistência de apresentar lance, quando convocada, ou o silêncio do representante da licitante, importará na exclusão da fase de lances, permanecendo válido o último valor por ela ofertado.

**10.4.** Encerrada a etapa de lances, a Pregoeira ordenará a classificação das propostas, procedendo à análise da aceitabilidade da proposta mais bem classificada, quanto à compatibilidade do preço com o valor estimado e às condições do objeto, decidindo de forma motivada.

**I.** A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar proposta de preços ajustada ao lance final, no prazo definido pela Pregoeira, sob pena de desclassificação, sendo convocada a licitante imediatamente subsequente, observada a ordem de classificação.

**10.5.** Na hipótese de haver apenas uma proposta válida ou de não serem ofertados lances, a Pregoeira poderá negociar diretamente com a licitante, visando à obtenção de melhor preço, observado o valor estimado pela Administração.

**10.6.** Quando houver apenas uma proposta escrita e o valor apresentado pelo licitante estiver superior ao orçado pela Administração, o Pregoeiro, antes de desclassificar a proposta, deverá negociar com o licitante, visando à obtenção de proposta dentro dos valores estimados, e somente desclassificará caso não haja acordo, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**10.7.** A regra de sorteio prevista no inciso I do item 10.3, aplica-se também quando houver empate e as licitantes optarem por não ofertar lances.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

**10.8.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, especialmente às disposições do Item 8, ou que apresentem preços inexequíveis ou excessivos, nos termos da legislação vigente.

**I.** Havendo indícios de inexequibilidade, o Pregoeiro poderá promover diligência, nos termos do art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, para que a licitante comprove a viabilidade da proposta.

**II.** Serão considerados excessivos os preços superiores ao valor estimado pela Administração, conforme apuração constante dos autos do processo.

**III.** Qualquer interessado poderá solicitar a realização de diligências, desde que apresente elementos mínimos que

justifiquem a medida, cabendo ao Pregoeiro avaliar a pertinência do pedido.

**10.9.** Será declarada vencedora a proposta que, ao final da fase de lances, apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM, incluídos todos os tributos, encargos, fretes, seguros e demais despesas necessárias à execução do objeto.

**11. DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**11.1.** Será assegurado tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedor Individual – MEI, sociedades cooperativas equiparadas, agricultor familiar e produtor rural pessoa física, nos limites e condições previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, especialmente em seus arts. 42 a 49, bem como no art. 4º da Lei nº 14.133/2021, desde que não haja prejuízo à competitividade do certame.

**11.2.** Poderá ser aplicado o benefício de prioridade de contratação para microempresas, empresas de pequeno porte e MEI

sediadas local ou regionalmente, desde que previsto neste Edital, devidamente motivado no processo administrativo e

demonstrada a vantajosidade para a Administração, observado o limite máximo de até 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

**11.3.** A microempresa, empresa de pequeno porte ou MEI sediada local ou regionalmente, melhor classificada dentro do limite previsto, será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo e na forma definidos pelo Pregoeiro, sendo-lhe adjudicado o objeto caso aceite reduzir o preço.

**11.4.** Na hipótese de não exercício do direito previsto no subitem anterior, serão convocadas, na ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte ou MEI que se enquadrem nas condições estabelecidas neste Edital, para o exercício do mesmo direito.

**11.5.** Havendo equivalência dos valores apresentados por duas ou mais microempresas, empresas de pequeno porte ou MEI sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio em sessão pública, exclusivamente para definição da ordem de convocação, nos termos da legislação aplicável.

**11.6.** Encerrada a fase de habilitação, o Pregoeiro procederá à abertura das propostas exclusivamente das licitantes habilitadas, promovendo a etapa competitiva, a negociação e a eventual aplicação dos benefícios previstos neste item, observando-se o critério de julgamento estabelecido neste Edital e o disposto no art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

**12. DA HABILITAÇÃO**

**12.1.** Para fins de habilitação, os licitantes deverão apresentar a documentação exigida neste Edital, podendo ser em cópias legíveis, sendo que a falta de legibilidade, que impeça a verificação do conteúdo, acarretará a inabilitação da licitante.

**12.2.** As empresas apresentarão as documentações de Habilitação, conforme condições a seguir, os quais deverão ser recebidos e analisados pelo pregoeiro e equipe de apoio.

**12.3.** Os envelopes contendo a documentação de habilitação deverão ser apresentados devidamente lacrados, de modo a resguardar a inviolabilidade do seu conteúdo até a abertura. Eventuais falhas formais relacionadas ao lacre ou à rubrica poderão ser saneadas, desde que não haja comprometimento da lisura, da isonomia ou da segurança do certame, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**12.4.** Não serão aceitos documentos de habilitação apresentados fora da data e do horário estabelecidos neste Edital.

**I.** A documentação de habilitação que estiver incompleta, incorreta ou em desacordo com as disposições deste Edital e de seus Anexos implicará a inabilitação da licitante.

**II.** Os documentos originais eventualmente apresentados não serão devolvidos, por integrarem o processo administrativo do certame.

**12.5.** Caso o licitante não comprove, no prazo fixado pelo Pregoeiro, a autenticidade ou veracidade das informações constantes da documentação apresentada, será declarado inabilitado, por descumprimento das exigências editalícias.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

**12.6.** Para a habilitação, será exigida exclusivamente a documentação relacionada nos itens seguintes.

**13. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**13.1.** Para comprovação da habilitação jurídica, os licitantes deverão apresentar:

- I.** Registro comercial, no caso de empresa individual, com as respectivas alterações ou a última consolidação, se houver.
- II.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, com suas alterações ou consolidação, bem como documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável.
- III.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- IV.** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, no caso de empresa ou sociedade

estrangeira em funcionamento no País, quando a atividade assim o exigir.

**14. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**14.1.** Para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, serão exigidos:

- I.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, compatível com o objeto da licitação.
- II.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com objeto contratual (caso a data de validade não esteja inserida no referido documento, a empresa licitante deverá anexar documento que comprove a sua validade);
- III.** Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em validade.
- IV.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos, em validade.
- V.** Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Municipais, em validade.
- VI.** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, conforme dispõe o artigo 27, alínea

"a", da Lei n. 8.036, de 11/05/90, e as alterações trazidas pela Lei n. 9.467, de 10/07/97, em validade.

**VII.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, em validade.

**VIII.** Caso a documentação de regularidade fiscal e trabalhista da(s) Microempresa (s) e/ou Empresa(s) de Pequeno Porte apresentar alguma restrição, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito ou para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

**IX.** O benefício previsto no item anterior somente será concedido se a licitante apresentar toda a documentação exigida, ainda que contenha alguma restrição.

**X.** O prazo de regularização poderá ser prorrogado uma única vez, a critério da Administração, desde que solicitado tempestivamente.

**15. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**15.1.** Para comprovação da qualificação econômico-financeira, será exigido:

- I.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, em validade.
- II.** No caso de recuperação judicial ou extrajudicial, comprovação de homologação do plano, nos termos da Lei nº 11.101/2005.
- III.** Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, referentes aos 2 (dois) últimos exercícios sociais já encerrados, apresentados na forma da legislação vigente, devendo:
  - a)** estar registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme a natureza jurídica da licitante, ou apresentado por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, quando obrigatório;
  - b)** estar assinado por profissional legalmente habilitado na forma da legislação contábil;
  - c)** estar acompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro diário.
- IV.** As empresas constituídas há menos de 2 (dois) exercícios sociais deverão apresentar as demonstrações contábeis relativas ao(s) exercício(s) já encerrado(s).



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSÃO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

V. Na hipótese de a empresa ter sido constituída no próprio exercício da licitação, deverá apresentar o balanço de abertura ou documento contábil equivalente, na forma da legislação vigente.

VI. Empresas regidas pela Lei 6.404/76 (Sociedade Anônima – S.A.):

a) Publicados em Diário Oficial; ou

b) Publicados em jornal de grande circulação; ou

c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

15.2. A boa situação financeira será comprovada por meio dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), sendo exigido resultado igual ou superior a 1,0 (um).

I - Liquidez Geral (LG):

LG = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG):

SG = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC):

LC = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

a) Caso algum índice seja inferior a 1,0, será admitida a comprovação de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b) A exigência dos índices financeiros visa comprovar a capacidade da licitante de assumir as obrigações decorrentes da contratação, sendo considerada razoável, proporcional e compatível com o objeto, nos termos da legislação vigente.

15.3. Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Balanço Patrimonial Simplificado, elaborado conforme a ITG 1000.

15.4. Caso o licitante seja cooperativo, deverá comprovar o envio do Balanço Geral e o Relatório do Exercício Social dos 02 (dois) últimos exercícios sociais ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei 5.764, de 1971. Tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil- financeira, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

16.1. Para fins de qualificação técnica, será exigida a apresentação de:

I. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de material de construção compatível com o objeto da licitação, em características, quantidades e prazos.

II. Considera-se compatível o fornecimento de materiais de construção em geral, incluindo hidráulicos, elétricos, de acabamento e estruturais, observadas as especificações do Termo de Referência.

III. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica, desde que demonstrada a execução satisfatória de fornecimentos compatíveis com o objeto licitado.

IV. Os atestados deverão conter informações suficientes para aferição da compatibilidade com o objeto licitado, incluindo, no mínimo:

a) identificação da entidade emitente (razão social, CNPJ e endereço);

b) identificação da empresa contratada;

c) identificação do responsável pela emissão;

d) descrição clara do objeto fornecido, com especificação, quantidades e prazos de entrega;

e) período de execução;

f) declaração de que o fornecimento foi executado de forma satisfatória.

V. A Administração reserva-se o direito de realizar diligências destinadas a verificar a veracidade e a autenticidade das informações constantes dos atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados, podendo, para tanto, solicitar ou consultar documentos comprobatórios, tais como notas fiscais, empenhos, contratos firmados ou publicações oficiais relacionadas ao objeto, bem como efetuar contato direto com a pessoa jurídica emitente do respectivo atestado ou declaração, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

VI. Não serão aceitos atestados emitidos pelo próprio licitante ou referentes a testes, demonstrações ou utilizações não comerciais.

VII. No caso de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público, este(s) deverá(ão) ser assinado(s) por autoridade competente do órgão ou entidade emitente, ou pelo responsável pelo setor que acompanhou, fiscalizou ou geriu a execução do contrato.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

**VIII.** A ausência de comprovação da qualificação técnica exigida poderá ensejar a inabilitação da licitante, mediante decisão motivada;

**IX.** Os documentos apresentados deverão estar válidos na data da sessão pública;

**X.** As exigências previstas neste item observarão os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**17. OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**I.** Será exigida a apresentação das declarações previstas no Anexo VII, dentre elas:

- a) Declaração de integralidade dos custos trabalhistas;
- b) Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação.
- c) Declaração de regularidade junto ao Ministério do Trabalho e órgãos competentes;
- d) Declaração de cumprimento das cotas legais;
- e) Declaração de não enquadramento em sanções impeditivas;
- f) Declaração de inexistência de vínculo ou conflito de interesses;

**18. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO**

**18.1.** A documentação deverá ser apresentada de forma clara e legível.

**18.2.** Caso a execução do objeto se dê por filial ou matriz específica, a habilitação será analisada em relação ao estabelecimento indicado.

**18.3.** A Comissão vai considerar o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos para as certidões que não apresentarem, explicitamente, o período de validade, exceto as certidões ou documentos expedidos pelas respectivas Juntas Comerciais.

**18.4.** Será inabilitada a licitante que:

- a) Estiver com a documentação de habilitação incompleta, incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos;
- b) Apresentar documentos com rasuras insanáveis;
- c) Tiver sido multada por inadimplência e não tiver comprovado o pagamento da multa;

**19. DA RETIRADA DA SESSÃO**

**19.1.** Qualquer licitante, por meio de seu representante legal presente na sessão, poderá solicitar a retirada voluntária do certame. Para tanto, deverá preencher e entregar ao(a) Pregoeiro(a) a Declaração de Retirada (conforme modelo constante no ANEXO VIII deste edital). A retirada formalizada desta forma será registrada na ata da sessão, sem prejuízo da participação do licitante em outros certames.

**19.2.** Caso o representante não queira ou não possa assinar a declaração, o(a) Pregoeiro(a) poderá registrá-la, juntamente

com a assinatura de até três testemunhas presentes na sessão, preferencialmente outros licitantes.

**19.3.** O licitante que se retirar da sessão sem a prévia formalização perante o(a) Pregoeiro(a), mediante a Declaração de Retirada (ANEXO VIII), poderá ter sua participação registrada como desistência, ficando a critério do(a) Pregoeiro(a) a análise das consequências no certame, observando-se a legislação vigente e os princípios da legalidade e da competitividade.

**20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA SESSÃO PÚBLICA DO CERTAME**

**20.1.** Ocorrendo suspensão da sessão, será lavrada ata circunstanciada narrando todos os fatos, ficando os envelopes em poder da Equipe de Apoio e da Pregoeira, devidamente rubricados e vistados pelos membros da Comissão Legislativa de Contratação Pública e pelos licitantes presentes, até a resolução do ocorrido. Serão, posteriormente, oficiadas as empresas quanto à nova data para prosseguimento do certame.

**20.2.** Após o encerramento da sessão, todos os envelopes contendo propostas e documentos de habilitação permanecerão sob a guarda da Pregoeira e da Equipe de Apoio, para instrução do processo administrativo licitatório.

**20.3.** Na hipótese de inabilitação da licitante inicialmente classificada como primeira colocada, a Pregoeira poderá retomar a fase de lances a partir da segunda colocada, respeitando os valores já ofertados entre a primeira e segunda licitante, observando as regras de lances verbais estabelecidas no ITEM 10.

**20.4.** Todos os documentos apresentados deverão estar legíveis e completos. Documentos ilegíveis ou incompletos não



**ESTADO DO AMAZONAS  
CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA  
COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

serão aceitos e poderão implicar:

- Descadastramento ou impedimento de participação, caso apresentados na fase de credenciamento;
- Desclassificação da proposta, caso apresentados na fase de análise de propostas;
- Inabilitação do licitante, caso apresentados na fase de habilitação.

**20.5.** Recomenda-se que os licitantes verifiquem cuidadosamente todos os documentos antes da entrega, para evitar que sejam desconsiderados.

## **21. DAS ATRIBUIÇÕES DO (A) PREGOEIRO (A)**

**21.1.** Visando dar maior competitividade e transparência ao certame, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu juízo discricionário:

**I.** Conceder tolerância para o recebimento do credenciamento, das declarações e dos envelopes de proposta de preços e de habilitação, não superior a 15 (quinze) minutos a partir do horário marcado para início da sessão. Licitantes retardatárias ficarão limitadas à participação como ouvintes;

**a)** A tolerância acima não impede o início do credenciamento junto às licitantes presentes;

**b)** A tolerância será considerada encerrada ao término do credenciamento de todos os licitantes presentes ou com o decurso

do prazo de 15 (quinze) minutos, o que ocorrer primeiro.

**II.** Convalidar ou sanar incorreções nos envelopes de identificação das propostas ou habilitação, desde que tais incorreções não causem dúvida, não prejudiquem o andamento do certame, não alterem valores ou a descrição da proposta, nem importem na juntada de documentos novos;

**III.** Desconsiderar itens com erro substancial na descrição, que dificultem a formulação de propostas ou que não tenham mais necessidade de licitação, mantendo o certame para os demais itens;

**IV.** Corrigir automaticamente erros de soma e/ou multiplicação nas propostas de preços, desde que não prejudiquem a continuidade do certame;

**V.** Fixar o tempo máximo para os lances verbais e comunicar às licitantes quando iniciar a última rodada de lances, podendo antecipá-la em relação ao tempo máximo estipulado inicialmente.

**VI.** Poderá conduzir a etapa de lances verbais, sugerindo ou estimulando reduções de valores, visando otimizar a sessão, respeitando sempre a liberdade de oferta dos licitantes e os princípios da legalidade, isonomia e competitividade;

**VII.** Monitorar, durante a etapa de lances verbais, os preços ofertados, determinando diligências que julgar cabíveis sobre propostas suspeitas de inexequibilidade antes de decidir sobre eventual desclassificação;

**VIII.** Negociar diretamente com a licitante classificada em primeiro lugar, buscando obter o melhor preço para a Administração;

**IX.** Prosseguir, sempre que julgar necessário, a fase de lances verbais para a definição do segundo colocado, utilizando-se dos mesmos critérios aplicados para a definição do primeiro colocado;

**X.** suspender a sessão pública a qualquer tempo, sempre que necessário, para consulta aos setores técnicos e/ou jurídicos acerca da regularidade da documentação apresentada;

**XI.** Comunicar aos licitantes a nova data e o horário para prosseguimento da sessão, preferencialmente na própria sessão ou, quando isso não for possível, por meio oficial, com antecedência razoável, de modo a assegurar a ampla ciência, a isonomia e a transparência do certame.

**XII.** Suspender a sessão pública, quando julgar necessário, para análise mais detalhada das propostas de preços e/ou dos documentos de habilitação, nos mesmos termos do inciso X;

**XIII.** Encaminhar cópias dos documentos, acompanhadas de relatório específico, à Diretoria Administrativa competente, visando à apuração de fatos e à adoção das medidas cabíveis.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E ESCLARECIMENTOS**

**22.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos sobre seus termos, devendo o pedido ser protocolado até 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura do certame, na forma do art. 164 da referida Lei.

**22.2.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser apresentados por meio eletrônico, através do e-mail [camara.tabatingaam@gmail.com](mailto:camara.tabatingaam@gmail.com), ou presencialmente, no Departamento de Licitação, no horário das 08h às 12h (horário local), não sendo aceitos pedidos apresentados por outros meios.

**I.** É responsabilidade do interessado acompanhar a confirmação do recebimento do pedido encaminhado por correio



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

eletrônico junto ao(à) Pregoeiro(a)

**II.** As manifestações recebidas após o horário limite das 12h serão consideradas como protocoladas a partir das 08h do próximo dia útil, para fins de contagem de prazo.

**22.3.** O pedido de impugnação deverá conter, de forma clara e objetiva, no mínimo, as seguintes informações:

- a) número do pregoão;
- b) nome ou razão social do impugnante;
- c) fundamentos e razões da impugnação;
- d) identificação e assinatura do signatário;
- e) dados de contato do impugnante.

**22.4.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, nos termos da legislação vigente.

**I.** Quando a análise da impugnação ou do pedido de esclarecimento depender de parecer técnico, jurídico ou especializado, o prazo poderá ser prorrogado de forma motivada, com a devida publicidade.

**22.5.** Eventuais modificações neste Edital implicarão nova divulgação, pelos mesmos meios utilizados para a divulgação original, bem como a reabertura dos prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando a alteração não afetar substancialmente a formulação das propostas ou a habilitação dos licitantes.

**22.6.** Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório ficará sujeito à responsabilização penal, nos termos do art. 337-I do Código Penal Brasileiro, sem prejuízo da apuração administrativa cabível, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma da legislação vigente.

### **23. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**23.1.** Dos atos praticados neste certame cabem:

**I.** Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) Anulação ou revogação da licitação;
- e) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

**II.** Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

**23.2.** Quanto aos recursos interpostos com fundamento nas alíneas “b” e “c” do inciso I do item 23.1, observar-se-á o seguinte:

**I.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediata e motivadamente, ao final da sessão pública, quando da abertura do prazo recursal, sob pena de preclusão.

**II.** O prazo para apresentação das razões recursais iniciar-se-á na data da intimação ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento das propostas.

**III.** A apreciação dar-se-á em fase única.

**IV.** O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver praticado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual, se não reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, devidamente motivado, à autoridade superior, que deverá decidir no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**V.** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**VI.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início ao término do prazo de apresentação das razões recursais, mediante registro em ata, publicação em diário oficial ou comunicação por e-mail.

**VII.** Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**23.3.** A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer acarretará a decadência do direito de recurso, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado(a) a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**23.4.** O(a) Pregoeiro(a) indeferirá recursos intempestivos, imotivados ou apresentados por quem não detenha legitimidade, negando-lhes processamento, devendo a decisão, devidamente fundamentada, ser consignada em ata.

**23.5.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo em relação ao ato ou à decisão recorrida, até o pronunciamento final da autoridade competente.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

**23.6.** A alegação de preço inexequível em relação à proposta de outra licitante deverá ser devidamente comprovada, sob pena de não conhecimento do recurso.

**23.7.** Os recursos e as contrarrazões deverão ser protocolados exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail [camara.tabatingaam@gmail.com](mailto:camara.tabatingaam@gmail.com) ou presencialmente no Departamento de Licitação, não sendo aceitos por outros meios.

**23.8.** Na elaboração das decisões, a autoridade competente poderá ser auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, responsável por dirimir dúvidas e subsidiar tecnicamente o julgamento.

**23.9.** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados, preservando-se aqueles válidos e regulares.

**23.10.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

#### **24. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**24.1.** Homologado e Adjudicado o processo licitatório pela autoridade competente, a Câmara Municipal de Tabatinga/AM, convocará a licitante vencedora para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito ao Registro sem prejuízo das sanções previstas no presente edital e na legislação vigente.

**I.** A convocação será realizada por meio eletrônico, utilizando-se o endereço de e-mail informado na proposta de preços.

**II.** Caso a licitante convocada não compareça no prazo estipulado, não apresente situação regular no ato da assinatura ou recuse-se, injustificadamente, a assinar a Ata de Registro de Preços, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, dando-se a devida publicidade aos atos praticados.

**24.2.** Com a assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada compromete-se a atender, durante o prazo de sua vigência, às demandas que vierem a ser formalizadas pela Diretoria Administrativa, nas condições, quantidades e prazos estabelecidos.

**24.3.** A assinatura da Ata de Registro de Preços não implica obrigatoriedade de contratação, total ou parcial, dos itens

registrados, tendo em vista que o Sistema de Registro de Preços destina-se a assegurar contratações futuras, conforme a necessidade da Administração, durante o prazo de sua vigência.

**24.4.** A Ata de Registro de Preços reger-se-á por suas cláusulas e condições, pelas disposições constantes deste edital, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 001/2025, bem como pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis, ainda que não expressamente mencionadas.

**24.5.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantagem econômica para a Diretoria Administrativa, nos termos do art. 84, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

**24.6.** Durante toda a vigência da Ata, a empresa registrada deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das medidas cabíveis.

**24.7.** As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço ou Nota de Empenho, emitidas pela respectiva Diretoria Administrativa requisitante.

**24.8.** O órgão gerenciador providenciará a publicação da Ata de Registro de Preços e, quando houver, do ato que promover o cancelamento ou a exclusão de fornecedor registrado, na forma da legislação vigente.

**24.9.** Na hipótese de a empresa registrada recusar-se a fornecer o objeto, deixar de cumprir as condições da Ata ou ocorrer causa legal de cancelamento da ARP, os demais licitantes registrados poderão ser convocados, observada a ordem de classificação, para assumir o fornecimento nas mesmas condições do primeiro classificado, sujeitando-se os desistentes às penalidades previstas neste edital, com a devida publicidade dos atos.

**24.10.** Não havendo aceitação pelos licitantes convocados nos termos do item 24.8, o órgão gerenciador, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá:

**I.** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de condição mais vantajosa, ainda que superior ao preço originalmente adjudicado;

**II.** adjudicar e celebrar a Ata de Registro de Preços ou contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, respeitada a ordem classificatória, quando frustrada a negociação.

**24.11.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato, ou em aceitar ou retirar

o instrumento equivalente no prazo estabelecido, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legais cabíveis, inclusive à perda da garantia da proposta, quando exigida.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

**24.12.** As disposições do item 24.8 não se aplicam aos licitantes remanescentes convocados exclusivamente para fins de negociação, nos termos do inciso I do item 24.9.

**24.13.** Será facultada à Administração a convocação dos licitantes remanescentes para a contratação de objeto remanescente decorrente de rescisão contratual, observadas as mesmas condições e critérios previstos nos itens 24.8 e 24.11.

**24.14.** Decorrido o prazo de validade da proposta sem que haja convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços ou para a formalização da contratação, os licitantes ficarão automaticamente liberados dos compromissos assumidos, nos termos da legislação vigente.

**25. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**25.1.** Além das obrigações previstas no Termo de Referência, neste Edital e das decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, constituem obrigações da Contratada:

**I.** Cumprir fielmente as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual;

**II.** Fornecer os produtos/serviços de acordo com as especificações técnicas exigidas, observando as normas de qualidade, segurança e, quando aplicável.

**III.** Indicar formalmente preposto para representá-la perante a Administração durante a execução contratual;

**IV.** Comunicar por escrito à Contratante qualquer anormalidade que impeça ou dificulte a execução do objeto, inclusive atrasos ou paralisações, apresentando as devidas justificativas;

**V.** Atender prontamente às orientações da Contratante e do fiscal do contrato, sujeitando-se à fiscalização e prestando os esclarecimentos solicitados;

**VI.** Não divulgar informações relativas ao objeto do contrato ou à sua execução sem prévia autorização da Administração;

**VII.** Executar o objeto em estrita conformidade com as condições e prazos estabelecidos;

**VIII.** Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;

**IX.** Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**X.** Fica expressamente vedada a subcontratação do objeto, no todo ou em parte, não sendo permitida sua execução por terceiros;

**XI.** Arcar com todos os encargos decorrentes da contratação, inclusive tributos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais,

trabalhistas, previdenciários e comerciais;

**XII.** Manter atualizados seus dados de contato e indicar responsável para interlocução com a Administração;

**XIII.** Exigir de seus prepostos o cumprimento das normas da contratante;

**XIV.** Respeitar as normas de segurança, controle e acesso às dependências da Contratante;

**XV.** Substituir, sempre que exigido pela fiscalização e de forma justificada, empregados ou prepostos cuja atuação esteja comprometendo a adequada execução do contrato;

**XVI.** Responsabilizar-se por falhas, atrasos ou irregularidades na execução do objeto, adotando as providências necessárias à sua correção;

**XVII.** Cumprir as obrigações previstas na legislação trabalhista e de segurança do trabalho, responsabilizando-se por acidentes envolvendo seus empregados ou prepostos durante a execução do contrato;

**XVIII.** Garantir que os bens fornecidos estejam em perfeito estado de conservação, funcionamento e uso, bem como que os serviços prestados sejam executados com qualidade, eficiência e plena adequação à sua finalidade, sem vícios, defeitos ou falhas que comprometam sua utilização ou os resultados esperados;

**XIX.** Permitir o livre acesso da fiscalização da Contratante e dos órgãos de controle interno e externo aos documentos e informações relacionados à execução do contrato.

**26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**26.1.** Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo das demais previstas no Edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável:

**I.** Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa executar o objeto contratual de acordo com as determinações do Termo de Referência, do Edital e do contrato;

**II.** Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela Contratada, nos termos de sua proposta, do Termo de Referência e do instrumento contratual;

**III.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto por meio de servidor(es) designado(s), registrando



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

as ocorrências em sistema próprio ou documento equivalente e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato;

**IV.** Notificar formalmente a Contratada sobre falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, fixando prazo para sua correção;

**V.** Efetuar o pagamento à Contratada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital e no contrato.

**VI.** Rejeitar, no todo ou em parte, os bens ou serviços entregues em desacordo com as especificações constantes no Edital, Termo de Referência e contrato.

#### **27. DA FISCALIZAÇÃO**

**27.1.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por agente(s) público(s) formalmente designado(s) pela autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 001/2025.

**27.2.** Compete à fiscalização acompanhar a qualidade dos bens e/ou serviços fornecidos, verificando o cumprimento das especificações técnicas e demais condições contratuais, devendo intervir para correção de falhas e, quando for o caso, propor a aplicação das sanções cabíveis.

**27.3.** O fiscal e/ou gestor do contrato deverá registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, inclusive quanto à regularidade trabalhista, fiscal e previdenciária da Contratada, quando exigido.

**27.4.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, no contrato e na legislação vigente, sem prejuízo da rescisão contratual, quando cabível.

**27.5.** A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

**27.6.** O objeto será recebido provisoriamente e definitivamente, conforme disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e nas normas do Decreto Municipal nº 067/2024, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

#### **28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**28.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

**I.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**II.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**III.** Dar causa à inexecução total do contrato;

**IV.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**V.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**VI.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**VII.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**VIII.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**IX.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**X.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**XI.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**XII.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**28.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as seguintes sanções:

**I.** Advertência;

**II.** Multa;

**III.** Impedimento de licitar e contratar;

**IV.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**28.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**I.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**II.** As peculiaridades do caso concreto;

**III.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

**IV.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**V.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**28.4.** A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 28.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**28.5.** A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor do item, da Ata de Registro de Preços ou do contrato, e poderá ser aplicada ao responsável por

qualquer das infrações administrativas previstas no item 28.1.

**28.6.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 28.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**28.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 28.1, bem como pelas infrações previstas nos incisos II a VII do mesmo item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**I.** A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

**28.8.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

**28.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando houver, ou será cobrada judicialmente.

**28.10.** A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**28.11.** Independentemente das sanções administrativas, o contratado estará sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos à Administração.

**28.12.** Será instaurado processo administrativo para apuração das infrações, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

## **29. DO PAGAMENTO**

**29.1.** O pagamento decorrente da contratação será efetuado de acordo com as normas da Diretoria de Finanças da Câmara Municipal de Tabatinga/AM, conforme os valores propostos pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento definitivo do objeto contratado e da apresentação da documentação exigida.

**29.2.** No valor a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes à execução do objeto contratado, tais como: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, insumos, fretes, seguros e quaisquer outras

despesas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas.

**29.3.** Para fins de pagamento, a Contratada deverá protocolar junto ao setor competente da Câmara Municipal os seguintes documentos:

**a)** Nota Fiscal e/ou Fatura correspondente aos bens entregues ou aos serviços executados, devidamente atestada pelo fiscal do contrato ou da Ata de Registro de Preços, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente;

**b)** Requerimento formal solicitando o pagamento;

**c)** Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, dentro do prazo de validade;

**d)** Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), dentro do prazo de validade;

**e)** Certidões de Regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal da sede ou domicílio da Contratada, dentro do prazo de validade;

**f)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), dentro do prazo de validade.

**g)** Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da Contratada, dentro do prazo de validade;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

h) Declaração prevista no inciso XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, quando aplicável, para fins de retenção de tributos federais na fonte.

**29.4.** O pagamento será realizado por meio de transferência bancária em favor da Contratada, sendo efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

**29.5.** Nos termos da legislação aplicável à retenção de Imposto de Renda na fonte pelos entes públicos, a Contratada deverá destacar na Nota Fiscal o valor correspondente à retenção, quando cabível, ficando a Contratante autorizada a realizar o desconto de ofício, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.234/2012.

**29.6.** O pagamento será efetuado preferencialmente por meio de transferência bancária para a conta indicada pela Contratada, admitindo-se outro meio previsto na legislação vigente.

**29.7.** Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, ausência de documentação exigida ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

**I.** O prazo para pagamento será reiniciado após a reapresentação da documentação regularizada, não acarretando qualquer

ônus adicional à Administração.

**29.8.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira que lhe tenha sido imposta em decorrência de penalidade ou inadimplência contratual.

**29.9.** A Contratada deverá sanar as falhas apontadas pela fiscalização, submetendo-se a nova verificação, após o que será retomado o trâmite regular do pagamento, sem que isso implique aceitação definitiva dos bens ou serviços.

**29.10.** A critério da Administração, os valores devidos poderão ser utilizados para compensar eventuais multas ou prejuízos causados pela Contratada, observada a legislação aplicável.

### **30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**30.1.** Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação deste Edital, deverão ser solicitadas por escrito a Câmara Municipal de Tabatinga/AM, junto à Comissão Legislativa de Contratações Públicas – CLCP, situada na Avenida da Amizade, nº 1170, Bairro Centro, CEP nº 69.640-000 - Tabatinga/AM, no horário das 08h às 12h, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data designada para a sessão pública.

**30.2.** A sessão pública presencial será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), com o auxílio da equipe de apoio, designados por ato formal da autoridade competente.

**30.3.** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da habilitação.

**30.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**30.5.** A futura contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

**30.6.** Por razões de interesse público, devidamente justificadas, a Administração poderá revogar esta licitação, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão motivada.

**30.7.** A anulação do procedimento não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver sido executado até a data em que for declarada, desde que não lhe seja imputável culpa, promovendo-se a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

**30.8.** Nos casos de revogação ou anulação, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**30.9.** A anulação do procedimento licitatório poderá alcançar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, caso já celebrados.

**30.10.** A participação na licitação não gera direito à indenização, ressalvada a hipótese de comprovada boa-fé do licitante,

nos termos da legislação aplicável.

**30.11.** Somente poderão fazer uso da palavra, rubricar documentos e propostas, apresentar documentos ou recursos e assinar atas as licitantes devidamente credenciadas, por meio de seus representantes, bem como o(a) Pregoeiro(a) e a equipe de apoio.

**Parágrafo único.** Por se tratar de sessão pública, a ata poderá ser assinada, também, por demais participantes presentes na sessão, na condição de ouvintes, sem que isso lhes confira legitimidade para manifestação no certame.

**30.12.** A sessão pública é aberta a qualquer interessado, vedadas manifestações que interfiram na condução dos trabalhos, podendo o(a) Pregoeiro(a) adotar as seguintes medidas para garantir a ordem e o regular andamento da sessão:

**I.** advertir verbalmente qualquer pessoa que esteja perturbando a sessão;





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

- II.** determinar que o manifestante se mantenha em silêncio ou se retire do recinto, quando sua conduta comprometer a regularidade dos trabalhos;
- III.** suspender temporariamente a sessão para restabelecimento da ordem;
- IV.** solicitar apoio da guarda municipal ou força policial, quando necessário à preservação da segurança dos presentes e da integridade dos atos do certame;
- V.** registrar em ata quaisquer ocorrências que tenham comprometido ou possam comprometer a lisura da sessão;
- VI.** limitar manifestações exclusivamente aos representantes devidamente credenciados, nos momentos processuais próprios.
- 30.13.** O exercício das prerrogativas previstas neste item não afasta o direito ao contraditório e à ampla defesa, que deverá ser exercido nos momentos e meios previstos neste Edital e na legislação aplicável.
- 30.14.** Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nos regulamentos municipais aplicáveis e nos princípios que regem as contratações públicas.
- 30.15.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por tais despesas.
- 30.16.** Após a apresentação da proposta, não será admitida desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 30.17.** Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 30.18.** Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização da sessão na data marcada, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, salvo comunicação em contrário.
- 30.19.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando e vencendo os prazos apenas em dias de expediente na CLCP.
- 30.20.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da proposta.
- 30.21.** Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um licitante na sessão, sob pena de exclusão das representações conflitantes.
- 30.22.** A homologação do resultado não implicará direito à contratação.
- 30.23.** Para as condições de contratação, aplicam-se as disposições constantes da minuta contratual e dos demais anexos.
- 30.24.** Da sessão será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e a sequência dos atos, sendo assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e representantes presentes.
- 30.25.** O Edital e seus anexos foram analisados pela assessoria jurídica da Câmara Municipal de Tabatinga/AM, conforme art. 53 da Lei nº 14.133/2021.
- 30.26.** As questões decorrentes da execução contratual que não possam ser resolvidas administrativamente serão dirimidas no foro da Comarca de Tabatinga/AM.
- 30.27.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência
Anexo II – Modelo de Termo de Credenciamento
Anexo III – Modelo de Declarações para Credenciamento
Anexo IV– Modelo de Declaração de Elaboração de Proposta Independente
Anexo V– Modelo de Declaração ME e EPP
Anexo VI - Modelo de Proposta de Preços
Anexo VII – Modelo de Declarações para Habilitação
Anexo VIII– Modelo de Solicitação de Retirada de Sessão
Anexo IX – Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo X – Minuta do Contrato



**ESTADO DO AMAZONAS  
CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA  
COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

Tabatinga/AM, 23 de junho de 2026.

**ROSELEY DE SOUZA RAMIRES**  
Diretora Administrativa

*O documento assinado encontra-se fisicamente na Comissão Legislativa de Contratações Públicas.*



**ESTADO DO AMAZONAS  
CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA  
COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo nº: 005/2026 – CMTBT.**

**EMBASAMENTO LEGAL:**

O presente Termo de Referência se aplica aos procedimentos licitatórios regidos pelo regime de contratações públicas previsto na Lei n.º 14.133/2021, e demais legislações correlatas.

As aquisições/serviços devem ser planejadas em todos os aspectos para que as demandas da Administração Pública sejam atendidas adequadamente e no tempo oportuno.

**1. DECLARAÇÃO DO OBJETO**

**1.1.** O presente Termo de Referência tem por objetivo a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA/AM.**

**1.2. DA NATUREZA DO OBJETO**

(X) não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022;

(X) os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado nos termos da Lei Federal n.º. 14.133, de 1º de abril de 2021.

Item	Quant	Und	Especificação	Media
1	10	UND	Adaptador soldável curto de 25mm x 3/4''	R\$ 3,13
2	10	UND	Adaptador soldável curto de 32mm x 1''	R\$ 4,62
3	10	UND	Adaptador soldável curto de 40mm 1x1/4''	R\$ 6,35
4	20	UND	Adaptador de tomada com o novo padrão ABNT de 3 pinos alinhados.	R\$ 17,06
5	2	UND	Alicate universal cabo isolado 1000 volts	R\$ 69,39
6	15	UND	Anel de vedação para vaso sanitário.	R\$ 15,37
7	15	UND	Anel para registro de gaveta de 3/4''	R\$ 8,75
8	20	KG	Arame Recozido nº 18 bwg - 1,25mm - 9,60g/m	R\$ 25,50
9	50	M³	Areia Lavada.	R\$ 213,88



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

10	25	SC	Argamassa colante tipo ac ii (saco com 20 kg) da cor branco.	R\$	47,19
11	10	UND	Assento plástico para vaso sanitário- com base e tampa de plástico soprado	R\$	56,93
12	10	UND	Broca de wídia nº 6.	R\$	7,43
13	10	UND	Broca de wídia nº 7.	R\$	8,96
14	10	UND	Broca de wídia nº 8.	R\$	10,21
15	10	UND	Broca de wídia nº 10.	R\$	12,80
16	10	UND	Broca de wídia nº 11.	R\$	11,49
17	10	UND	Broca de wídia nº 12.	R\$	14,97
18	10	UND	Bucha de nylon nº 6, com parafuso de rosca soberba	R\$	0,49
19	10	UND	Bucha de nylon nº 7, com parafuso de rosca soberba	R\$	0,73
20	10	UND	Bucha de nylon nº 8, com parafuso de rosca soberba	R\$	0,70
21	10	UND	Bucha de nylon nº 10, com parafuso de rosca soberba	R\$	0,81
22	10	UND	Bucha de nylon nº 11, com parafuso de rosca soberba	R\$	1,28
23	10	UND	Bucha de nylon nº 12, com parafuso de rosca soberba	R\$	1,24
24	3	UND	Cadeado corpo em latão e trava em aço cromado tri-circle de 20 mm.	R\$	19,37
25	3	UND	Cadeado corpo em latão e trava em aço cromado tri-circle de 25 mm.	R\$	28,44
26	3	UND	Cadeado corpo em latão e trava em aço cromado tri-circle de 32 mm.	R\$	34,51
27	1	UND	Caixa d'água de 1.000 litros, material de polietileno, com sistema de encaixe das tampas que dispensa parafusos e amarras na instalação.	R\$	661,35
28	1	UND	Caixa d'água de 2.000 litros, material de polietileno, com sistema de encaixe das tampas que dispensa parafusos e amarras na instalação.	R\$	1.598,51
29	1	UND	Caixas d'água de 500 litros, material de polietileno, com sistema de encaixe das tampas que dispensa parafusos e amarras na instalação.	R\$	469,81
30	2	ROLO	Cabo Conector CAT 06 (cabos de internet)	R\$	268,50
31	100	KG	Cal hidratada branca (saco de 5 kg).	R\$	23,56
32	5	CAIXA	Canaleta Pvc Branca 20x50 X2000mm	R\$	176,00
33	5	CAIXA	Canaleta Pvc, Aberta 50x50 X2000mm (axlxc)	R\$	77,37
34	3	UND	Carrinho mão, material caçamba chapa aço galvanizado, material chassi ferro, material pés ferro, tipo travessa suporte dianteiro caçamba, quantidade roda 1,	R\$	335,60





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSÃO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

			tipo roda pneu maciço, com 3,2 pol de diâmetro, espessura caçamba 5, comprimento eixo 25, comprimento 80, largura 62, altura 20		
35	50	M <sup>2</sup>	Cerâmica classe a pi 4 dimensões de 41cm x 41 cm antiderrapante	R\$	109,00
36	2	UND	Chave de fenda de 1/4" x 6.	R\$	15,38
37	2	UND	Chave de fenda de 1/4" x 8.	R\$	18,88
38	2	UND	Chave de fenda de 3/16" x 6.	R\$	20,20
39	50	SC	Cimento portland, material clinker, tipo comum, 42,5 kg.	R\$	74,15
40	3	UND	Ciscador (ancinho curvo pesado), c/ cabo madeira de 16 dentes	R\$	65,29
41	5	UND	Cola à base de resina epóxi – adesivo bi componente líquido viscoso, à base de resina epóxi, livre de solventes, contendo 1(um) tubo com resina e 1 (um) com endurecedor (tipo, similar araldite).	R\$	124,63
42	5	UND	Cola branca à base de água, para madeira, unidade com 500 g	R\$	32,34
43	5	UND	Compensado virola e sumauma, “folha”, dimensões: 2,20 x 1,60m, espessura 10 mm.	R\$	246,16
44	10	UND	Compensado virola e sumauma, “folha”, dimensões: 2,20 x 1,60m, espessura 06 mm.	R\$	159,63
45	10	UND	Compensado virola e sumauma, “folha”, dimensões: 2,20 x 1,60m, espessura 4 mm.	R\$	115,19
46	10	METRO	Condoí-te 1/2" – eletro duto flexível.	R\$	31,34
47	10	METRO	Condoí-te 3/4" – eletro duto flexível.	R\$	33,35
48	8	UND	Corante, material corante líquido com pigmentos, aplicação tintas à base d'água, apresentação bisnaga de 50 ml.	R\$	10,43
49	5	UNID	Disco Corte de Aço com revestimento de diamante.	R\$	21,48
50	5	UND	Espuma Pedreiro Rejunte Parede Acabamento Multiuso.	R\$	18,63
51	5	UND	Espátula rígida de 06 cm em aço com cabo de madeira.	R\$	18,19
52	5	UNID	Emenda soldavel 25mm.	R\$	2,76
53	5	UNID	Emenda soldavel 20mm.	R\$	2,11
54	10	UNID	Etiquetadora (para manutenção e nomeação nos cabos de internet).	R\$	75,00
55	2	UND	Facão rabo de galo de 12.	R\$	43,69
56	20	UND	Fechadura externa cromada de cilindro com maçaneta alavanca	R\$	135,15
57	30	UNID	Fita isolante	R\$	16,30



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

58	30	UND	Forro PVC cor branca. dimensões; 10 x 200 mm barra com no mínimo 6 metros.	R\$	35,50
59	3	UNID	Flange para caixa d'agua	R\$	45,60
60	20	KG	Gesso em pó secagem rápida	R\$	20,59
61	5	UNID	Extensão 5 entradas 3 metros	R\$	47,50
62	5	UNID	Extensão 5 entradas 5 metros	R\$	57,50
63	5	UNID	Extensão 5 entradas 10 metros	R\$	70,00
64	10	UND	Joelho com redução "de 25 mm x 1/2" soldável/roscável.	R\$	12,31
65	10	UND	Joelho com redução de 32 mm x 3/4" soldável/roscável.	R\$	7,51
66	10	UND	Lamina de zinco para cobertura de construções, com medidas de 3,00 m x 0,80 m	R\$	65,53
67	10	UND	Lamina de zinco para cobertura de construções, com medidas de 6,00 m x 1,00 m	R\$	350,50
68	5	UND	Lavatório em louça branca sem coluna, padrão popular, tipo celite.	R\$	156,53
69	15	UND	Luvras pigmentadas, cano curto, tamanhos variados, produto resistente, 1ª linha.	R\$	12,64
70	10	UND	Lima chata de 8."	R\$	21,03
71	15	UND	Lixa nº100 para ferro, TAM. 225x275mm.	R\$	4,83
72	15	UND	Lixa nº080 para ferro, TAM. 225x275mm.	R\$	5,40
73	1	PEÇA	Lona plástica em polietileno da cor azul, peça com dimensões de 5m x 4m	R\$	186,00
74	1	PEÇA	Lona plástica em polietileno da cor azul, peça com dimensões de 2m x 3m	R\$	83,68
75	100	METRO	Mangueira reforçada, fabricada em três camadas, trançado em poliéster, superfície lisa de 1/2" x 2 mm, com adaptadores de entrada e saída.	R\$	9,09
76	2	UNID	Martelo unha de 23 mm com cabo de madeira polido.	R\$	54,99
77	20	UNID	Mascara descartável retangular branca com clipe elástico- p/m/g	R\$	10,15
78	10	LATÃO	Massa corrida latão de 18 litros (para acabamento externo)	R\$	138,87
79	10	LATÃO	Massa corrida latão de 18 litros (para acabamento interno)	R\$	148,87
80	3	UNID	Pá de bico c/ cabo de madeira.	R\$	69,38
81	7	KG	Prego com cabeça de 3 1/2."	R\$	28,22



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

82	7	KG	Prego com cabeça de 3.”	R\$	28,22
83	7	KG	Prego com cabeça de 1.”	R\$	28,26
84	20	UNID	Parafuso para cobertura 2”	R\$	4,08
85	20	UNID	Parafuso para forro	R\$	2,36
86	15	UND	Rolo para pintura, em esponja, de 23 cm.	R\$	17,67
87	15	UND	Rolo para pintura, em lã pura, de 23 cm.	R\$	21,65
88	20	M³	Seixo rolado, material pedra, tamanho 19 a 30, aplicação concreto.	R\$	631,53
89	8	GL	Selador tinta predial galão de 3,6, coral ou de melhor qualidade	R\$	82,11
90	2	UND	Serrote profissional 20.”	R\$	87,37
91	5	UND	Serra circular para madeira, para maquina	R\$	167,98
92	10	UND	Sifão para lavatório cromado com saída ¾”	R\$	22,95
93	10	UND	Sifão para mictório de louça cromado, conforme padrão utilizado (celite 08280) nesta seccional ou similar	R\$	75,33
94	10	UND	Sifão para pia de cozinha cromado com saída de 40 mm, conforme padrão utilizado (celite 08280) nesta seccional ou similar	R\$	38,49
95	1	UNID	Talhadeira com empunhadorde 12”	R\$	37,17
96	4	MLR	Tijolo, material barro cozido, tipo furado, comprimento 20, largura 20, espessura 10, quantidade furos 8, cor ocre, aplicação construção civil.	R\$	1.952,50
97	20	LATÃO	Tinta acrílica semi brilho, na cores variadas (latão 18 litros).	R\$	352,16
98	20	LATÃO	Tinta esmalte sintético na cores variadas (galão 3,6 litros).	R\$	122,96
99	3	GALÃO	Tinner (5 litros)	R\$	132,62
100	3	LATA	Tinner (1 litros)	R\$	33,60
101	15	UNID	Tomada 20A duas entradas para alvenaria	R\$	23,75
102	15	UNID	Tomada 20A três entradas para alvenaria	R\$	32,88
103	15	UNID	Tomada 20A duas entradas para madeira	R\$	24,25
104	15	UNID	Tomada 20A três entradas para madeira	R\$	29,95
105	15	UND	Torneira de lavatório ½”, em pvc roscável curta.	R\$	51,85
106	15	UND	Torneira de parede para cozinha ½”, em pvc roscável longa.	R\$	64,31
107	1	UND	Trena de 100Mts	R\$	185,91
108	1	UND	Trena de 10Mts	R\$	56,83



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

109	1	UND	Trena de 5Mts	R\$	37,32
110	8	UND	Tubo para esgoto 100 mm– 6m.	R\$	98,68
111	8	UND	Tubo para esgoto 50 mm– 6m.	R\$	65,17
112	8	UND	Tubo para esgoto 25 mm– 6m.	R\$	30,48
113	10	UND	Tubo pcv soldável 20 mm - 6m	R\$	24,59
114	10	UND	Tubo pcv soldável 25 mm - 6m	R\$	27,28
115	10	UND	Vaso sanitário com caixa acoplada louça branca.	R\$	535,83
116	15	UND	Vederosca	R\$	14,96
117	5	UND	Óleo singer	R\$	36,25

## 9 – DA SUBCONTRATAÇÃO

**9.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 10 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**10.1.** A solicitação para o fornecimento dos itens descritos na planilha, respeitados seus quantitativos máximos registrados em ata, será feita de acordo com a necessidade da Camara Municipal, através da emissão de autorização de compra ou requisição de fornecimento, expedida pelo Presidente da Camara Municipal, e entregue ao fornecedor, em seus respectivos estabelecimentos comerciais, o qual deverá providenciar dentro do prazo de **10 (dez) dias úteis**, sob pena de aplicação das penalidades fixadas em contrato e o cancelamento do **REGISTRO DE PREÇOS**.

**10.1.1.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **02 (dois) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**10.2.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 10 (dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**10.3.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **02 (dois) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**10.4.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**10.5.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**10.6.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**10.7.** Os itens registrados em ata não obriga a contratar sendo que as solicitações se darão de acordo com a necessidade da Administração, a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, devendo ser entregues dentro dos prazos e condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência de acordo com os quantitativos e valores unitários registrados, os quais serão respeitados os prazos de vigência da Ata de **REGISTRO DE PREÇOS** e do eventual Contrato Administrativo, assegurada preferência ao fornecedor em caso de aquisição.

## 11 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**11.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**11.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

**11.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**11.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**11.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**11.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**11.7.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

**11.8.** O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

**11.9.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

**11.10.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

**11.11.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**11.12.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**11.12.1.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**11.13.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**11.14.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**11.15.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**11.16.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**11.17.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**11.18.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**11.19.** A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

**11.19.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

## **12 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **12.1. São obrigações da Contratante:**

- a. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, formalizada por meio de Nota de Empenho, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva prestação dos produtos;
- b. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos produtos será efetuado em até 30 (trinta) dias, após protocolização e aceitação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pela comissão competente. Para fins de pagamento ainda será solicitada a apresentação das certidões negativas de débito relativas ao FGTS e INSS, sendo que as mesmas deverão sempre apresentar data de validade posterior à data de emissão das respectivas Notas Fiscais;
- c. Recusar, com a devida justificativa, qualquer produto executado fora das especificações;
- d. Propiciar à Contratada todas as facilidades de acesso aos locais onde serão entregues os produtos;
- e. Extinguir o Contrato, formalizado por escrito e mediante a anulação da Nota de Empenho, nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/21;
- f. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais atinentes à presente contratação.

## **13 – SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

### **13.1. A CONTRATADA se obriga:**

- a) Apresentar todas as informações e documentos solicitados pela Administração, sempre que requisitado
- b) Entregar os produtos somente em acordo com exigências editalícias
- c) Permitir e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual por parte da Administração
- d) Cumprir as normas e procedimentos da Administração, zelando pela organização e segurança do ambiente
- e) Prestar todos os esclarecimentos necessários à Administração durante a execução do objeto
- f) Substituir, às suas expensas, qualquer item que não atenda às especificações contratuais ou apresente defeitos, conforme exigido pela Administração
- g) Corrigir de imediato quaisquer irregularidades constatadas e formalizadas pela Administração no ato da entrega
- h) Corrigir falhas contratuais apontadas pela Administração, adotando medidas corretivas tempestivamente, conforme notificação formal

## **14 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14.1. O pagamento resultante da contratação será efetuado de acordo com as normas da Câmara Municipal de Tabatinga/AM, conforme os valores propostos após a apresentação da(s) fatura(s) devidamente atestadas pelo fiscal do contrato.

**14.2. Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Protocolo da Câmara Municipal de Tabatinga/AM, localizada na Avenida da Amizade, nº 1170, Bairro Centro, Tabatinga/AM, com os seguintes documentos:**

- a) Requerimento solicitando o pagamento da Nota Fiscal, indicando inclusive os dados bancários para crédito;
- b) Nota Fiscal, acompanhada do recibo com carimbo da empresa, referente ao objeto fornecido;
- c) Certidão Unificada perante a Fazenda Nacional, conforme Portaria MF nº 358 de 05/09/2014 e Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, em validade;
- d) Prova de Regularidade com o FGTS (CRF – Certidão de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal), dentro de seu período de validade;
- e) Prova de Regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;
- f) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011), em validade.
- g) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do proponente, em validade;

**14.2.** Havendo erro na nota fiscal/fatura, ausência de quaisquer que sejam as documentações, acima descritas, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

**14.3.** A contagem do prazo para pagamento iniciar-se-á após reapresentação dos documentos regularizados, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, nem deverá haver prejuízo da entrega dos bens pela CONTRATADA.

**14.4.** O pagamento será efetuado por meio de “Transferência Bancária” a ser creditado no estabelecimento bancário,



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

agência e conta corrente da própria empresa vencedora, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**14.5.** Nenhum pagamento será efetuado à licitante, enquanto pendente de liquidação, que esteja em débito com a previdência social e/ou com o FTGS.

**14.6.** À Contratada caberá sanar as falhas apontadas, submetendo-se a nova verificação, após o que a fiscalização procederá na forma estabelecida e providenciará a regularização do apontado nos itens precedentes, quando for o caso.

**14.7.** A critério da Contratante poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas de responsabilidade da Contratada.

**14.8.** A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, sendo que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos dos objetos efetivamente entregues.

**14.9.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme prescrições abaixo: OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação do fornecimento ou produto.

**14.10.** Para efeito de aplicação de glosas são atribuídos percentuais incidentes às infrações, os quais incidirão sobre o valor contratual mensal vigente;

**14.11.** A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o IMR para fins de medição dos resultados. Deverá haver o redimensionamento no pagamento mensal, sempre que a CONTRATADA:

**14.12.** Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**14.13.** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do produto, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**14.14.** Durante a execução contratual, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento OU do produto para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

**14.15.** À CONTRATADA será permitido apresentar justificativa para a prestação do fornecimento OU do produto com menor nível de conformidade, a qual poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

**14.16.** A cada relatório circunstanciado ou fatura ou nota fiscal, para fins de pagamento, corresponderá aplicação individualizada do Instrumento de Medição de Resultados – IMR OU do instrumento de aferição da qualidade da prestação do fornecimento ou produto;

**14.17.** O valor devido a título de pagamento mensal à CONTRATADA será mensurado a partir da aplicação das condições do Instrumento de Medição de Resultados OU do instrumento de aferição da qualidade da prestação do fornecimento ou produto, até um teto mensal para glosa de 10% do custo mensal do contrato;

**14.18.** A aplicação das glosas não compromete a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos produtos, nos termos previstos em lei.

#### **14.19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**14.19.1.** O pagamento à CONTRATADA será efetuado após o recebimento definitivo do material, em moeda nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.

**14.19.2.** O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

**14.19.3.** Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

**14.19.5.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

$$I = (TX/100), \text{ assim apurado: } I = (6/100) \quad I = 0,00016438$$



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSÃO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

365

365

Em que:

**I** = Índice de atualização financeira;

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso.

**14.19.6.** Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

**14.19.7.** No pagamento do (s) produto (s) descrito (s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Produtos (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

**14.20.** A fatura mensal poderá sofrer glosas, conforme o disposto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) OU do instrumento de aferição da qualidade da prestação do fornecimento ou produto, se for o caso, referentes ao mês de competência da prestação de produtos ou de meses anteriores.

## **15 – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**15.1.** A seleção do Fornecedor será realizada através de procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial pelo menor **PREÇO POR ITEM** em modo de disputa aberto.

**15.2.** Para cada item licitado, após a etapa de classificação das propostas, será considerada a melhor proposta classificada como referência, e estarão habilitados a participar da fase de lances abertos os licitantes que apresentarem propostas iniciais com valores de até 10% (dez por cento) superior ao valor da proposta de menor preço classificada para aquele item.

**15.3.** Na hipótese de apenas uma proposta se enquadrar no limite estabelecido, poderão ser admitidas para a fase de lances as propostas subsequentes, em ordem crescente de valor, até o máximo de três licitantes, assegurada a competitividade do certame.

## **16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **16.1. Comprovação de Aptidão Técnica**

**16.1.1.** Para fins de comprovação da qualificação técnica, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

#### **I - Capacidade Técnica Operacional**

a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de material de construção compatível com o objeto desta licitação, em características, quantidades e prazos;

b) Considera-se compatível o fornecimento de materiais de construção em geral, incluindo hidráulicos, elétricos, de acabamento e estruturais, observadas as especificações do Termo de Referência.

c) Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica, desde que demonstrada a execução satisfatória de fornecimentos compatíveis com o objeto da contratação;

#### **II - Requisitos Mínimos dos Atestados**

**16.2.1.** Os atestados deverão conter, no mínimo:

a) Identificação da entidade emitente (razão social, CNPJ e endereço);

b) Identificação da empresa contratada;

c) identificação e assinatura do responsável pela emissão

d) descrição detalhada do objeto fornecido, incluindo especificação dos materiais de construção, quantitativos e prazos;

e) Período de execução;

f) declaração de que o fornecimento foi executado de forma satisfatória.

### **16.3. Diligência**

**16.3.1.** A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas, podendo solicitar documentos complementares, tais como notas fiscais, empenhos, contratos, ordens de fornecimento, publicações





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

oficiais ou outros documentos idôneos relacionados ao objeto contratado.

**16.4. Disposições Gerais**

**16.4.1.** A ausência de comprovação dos requisitos de qualificação técnica poderá ensejar a inabilitação da licitante, mediante decisão motivada.

**16.4.2.** As exigências previstas neste item observarão os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**17 – FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**17.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **PREGÃO** sob a forma **PRESENCIAL**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

**18 – SANÇÕES**

**18.1.** As disposições sobre sanções se encontram pormenorizadas no Aviso de Pregão Presencial, do qual este Termo de Referência consta como anexo.

**19 – MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**19.1.** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**20 – DO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO**

**20.1.** O Contrato será regido pelas seguintes normas:

a) Pelo Código Civil Brasileiro, no tocante às relações de fornecimentos, não gerando vínculo empregatício para com a contratada ou qualquer preposto da CONTRATADA, em relação ao CONTRATANTE;

b) Pela Lei Federal nº 14.133/21, em toda a matéria não abrangida pela disposição legal referida na alínea “a” supra, especialmente direitos, obrigações e sanções.

**20.2.** O Fornecedor não responderá por quaisquer obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas, civis e de qualquer outra natureza, que sejam de competência da fornecedora.

**21 – DO JULGAMENTO**

**21.1.** O julgamento, observadas as especificações técnicas definidas no Edital de acordo com a legislação, obedecerá ao critério de menor preço oferecido.

**22 – RESPONSÁVEL PELO UNIDADE FISCALIZADORA**

**22.1.** Diretoria Administrativa da Câmara Municipal de Tabatinga/AM.

**23 – FORO**

**23.1.** Para dirimir questões oriundas do eventual ajuste firmado, será competente o foro da Comarca de Tabatinga, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Tabatinga/AM, xx de xx de 2026

**ROSELEY DE SOUZA RAMIRES**  
Diretora Administrativa





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

Aprovo nos termos da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes.

**GEORGE MARTINS DA SILVA**  
Presidente da Camara Municipal de Tabatinga/AM

DO SETOR REQUISITANTE	
NOME	ASSINATURA
Kedson da Silva Machado	
Jarnes Andrey Aparicio Perosa	

**ANEXO II**

**PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**  
**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Razão Social:  
Nome de Fantasia:  
CNPJ nº:  
Inscrição Estadual nº:  
Inscrição Municipal nº:

Nomeamos e credenciamos o (a) Sr (a). , portador (a) do R.G nºxxxxxxx, CPF nºxxxxxxxxxxxxxx, a nos representar junto a Camara Municipal de Tabatinga- AM, com a finalidade específica de participar dos trabalhos de abertura das Propostas e Documentos de Habilitação para o Pregão Presencial c/ SRP nº 001/2026, designado para o dia XX de XXXX de 2026 as XX:XX, o qual o mesmo tem amplos poderes para representar a empresa outorgante, formular ofertas e lances de preços, intenção de recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Atenciosamente.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e Assinatura do Representante Legal  
(Nome e função na empresa)  
(Assinatura Eletrônica ou reconhecimento de Firma)

**(ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO NO CREDENCIAMENTO)**

**ANEXO III**  
**PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**  
**DECLARAÇÕES PARA CREDENCIAMENTO**

À Comissão Legislativa de Contratações Públicas - CLCP.

Avenida da Amizade, nº 1170, Bairro Centro, CEP nº 69.640-000 - Tabatinga/AM

E-mail: [camara.tabatingaam@gmail.com](mailto:camara.tabatingaam@gmail.com)

Endereço Eletrônico: <https://camaradetabatinga.am.gov.br/portal-da-transparencia/>



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

Pregão Presencial n.º 001/2026 – SRP

**DECLARAÇÃO CONJUNTA**

(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, estabelecida na (endereço completo), neste ato representada por (Nome completo, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço completo), no uso de suas atribuições legais,

DECLARA sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente impeditivo a sua participação e que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com órgãos públicos.

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, dos artigos 9º e 14º da Lei nº 14.133/2021.

DECLARA que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI, art. 68, da Lei nº 14.133/2021.

DECLARA que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não fomos condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

DECLARA que minha proposta econômica terá validade de 60 (sessenta) dias nos termos do edital, estando ciente da obrigação de firmar negócio jurídico assim que convocado dentro deste prazo, sob pena das sanções legais.

DECLARA sob as penas do Art. 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, dos produtos/serviços licitados para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas.

DECLARA que as informações aqui prestadas são verídicas, tendo ciência da responsabilidade pela veracidade das informações, na forma da lei.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e Assinatura do Representante Legal  
(Nome e função na empresa)

XXXXXX\* rodapé ex.: endereço, fone, e-mail, etc... XXXXXXXX

**(ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO NO CREDENCIAMENTO)**

.....  
**ANEXO IV**  
**PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE**

À Comissão Legislativa de Contratações Públicas - CLCP.  
Pregão Presencial n.º 001/2026 – SRP

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), para fins do disposto no item [completar] do Edital [COMPLETAR COM IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL], declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:



**ESTADO DO AMAZONAS  
CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA  
COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

A proposta anexa foi elaborada de maneira independente pelo [Nome da Licitante], e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido por outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], quanto a participar ou não da referida licitação;

Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de [Órgão Licitante] antes da abertura oficial das propostas; e

Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e Assinatura do Representante Legal  
(Nome e função na empresa)

XXXXXX\* rodapé ex.: endereço, fone, e-mail, etc... XXXXXXXX

**(ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO NO CREDENCIAMENTO)**

.....  
**ANEXO V**  
**PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO**  
**PORTE**

À Comissão Legislativa de Contratações Públicas - CLCP.  
Pregão Presencial n.º 001/2026 – SRP

Em conformidade com o disposto na Lei Complementar n. 123/06, alterada pela LC 147/15, que dispõe sobre o tratamento diferenciado concedido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta:

Eu, ..., RG ..., legalmente nomeado representante da empresa ..., CNPJ ..., e participante do procedimento licitatório n. ..., na modalidade de ..., processo n. ..., declaro, sob as penas da lei, que, a empresa a qual represento cumpre todos os requisitos legais, previsto na lei, para a qualificação como microempresa (ou empresa de pequeno porte), estando apta a usufruir do tratamento diferenciado, e, que, não se enquadra em nenhuma das vedações



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e Assinatura do Representante Legal  
(Nome e função na empresa)

XXXXXX\* rodapé ex.: endereço, fone, e-mail, etc....XXXXXXXXX

**(ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO NO CREDENCIAMENTO)**

ANEXO VI  
**PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**  
**MODELO DE PROPOSTA PREÇO**

À Comissão Legislativa de Contratações Públicas - CLCP.  
Pregão Presencial n.º 001/2026 – SRP

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE						
Nome de Fantasia:						
Razão Social:						
CNPJ:				Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)		
Endereço:						
Bairro:				Cidade:		
CEP:				E-mail:		
Telefone:				Celular:		
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS						
Item	Quant.	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	Valor Unitário	Valor Total
1						
Valor por extenso (PREÇO UNITÁRIO ITEM):						
Valor por extenso (PREÇO TOTAL):						
Valor por extenso (PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA):						

Observação:

Os percentuais referentes a tributos deverão ser cotados de acordo com o regime de tributação de cada empresa.

Os licitantes não deverão incluir o CSLL e IRPJ nas Planilhas de Preços no quadro de Tributos, conforme Acórdão 1.319/2010, 1.696/2010, 1.442/2010 e 950/2007 do Tribunal de Contas da União.

A empresa (NOME DA EMPRESA) declara que:

Nos valores das propostas de preços estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transportes e acondicionamento em embalagens adequadas, conforme caso;

Atende todas as especificações, exigências técnicas mínimas, prazos de entrega ou de prestação, cronograma de execução e as respectivas quantidades, conforme caso;

Caso seja vencedora no certame, submete-se a todas as condições estabelecidas neste Edital e na minuta da Ata de Registro de Preços que o integra, sob pena de rescisão unilateral do(a) contrato/ARP;

Validade mínima da Proposta: 60 (sessenta) dias a contar da data da apresentação dos envelopes de proposta de preços e



**ESTADO DO AMAZONAS  
CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA  
COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

de documentos para habilitação à Comissão Municipal de Contratações Públicas.

Prazo de entrega/execução e demais especificações de acordo com as previsões do Anexo I (Termo de Referência/)

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e Assinatura do Representante Legal  
(Nome e função na empresa)

XXXXXX\* rodapé ex.: endereço, fone, e-mail, etc... XXXXXXXX

**(ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO NO ENVELOPE 1)**

.....  
**ANEXO VII  
PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA  
DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

**DECLARAÇÃO CONJUNTA**

À Comissão Legislativa de Contratações Públicas - CLCP.  
Pregão Presencial n.º 001/2026 – SRP

(Razão Social da Empresa), inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, estabelecida na (endereço completo), neste ato representada por (Nome completo, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço completo), no uso de suas atribuições legais,

DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta e sob as penas da Lei, que atende plenamente aos requisitos de habilitação.

DECLARA que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

DECLARA que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva:** A empresa emprega em seu quadro menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ) / (em caso afirmativo, assinalar essa ressalva), regularidade com o ministério do trabalho;

DECLARA que está recebeu o edital e toda a documentação, elementos e informações necessários para a elaboração de proposta de preço, vinculada ao processo licitatório acima epigrafado, recebimento do edital e documentos;

DECLARA que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes, inexistência de fato impeditivo;

DECLARA que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Presidente, Vice-Prsidente ou Vereadores, por matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o terceiro grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

social nenhum Servidor do Município, não possui vínculo com a administração;

DECLARA que cumprir reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 63 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

DECLARA que autoriza, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), o uso da imagem e som de seus representantes nas filmagens das sessões públicas do presente certame licitatório que deverá ser gravado em áudio e vídeo, para ser anexado aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento, visando o cumprimento legal, nos termos do artigo 17, §2º e §5º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

DECLARA que a documentação e declarações apresentadas são fiéis e verdadeiras, veracidade.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e Assinatura do Representante Legal  
(Nome e função na empresa)

XXXXXX\* rodapé ex.: endereço, fone, e-mail, etc... XXXXXXXX

**(ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO NO ENVELOPE 2)**

.....  
**ANEXO VIII**  
**MODELO DE SOLICITAÇÃO DA RETIRADA DE SESSÃO**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, representada pelo (a) sr (a) \_\_\_\_\_, se retira da sessão do PP xxxx/2026, por (motivo), xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em posse de (seus envelopes lacrados de proposta, habilitação..., ou deixando seus envelopes lacrados de proposta, habilitação) .

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e Assinatura do Representante Legal  
(Nome e função na empresa)

**(ESTE ANEXO DEVERÁ SER APRESENTADO A QUALQUER MOMENTO DA RETIRADA)**

.....  
**ANEXO IX - MINUTA DA ARP**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS xx/2026**

**PREGÃO PRESENCIAL N. xxx/2026-SRP**

Avenida da Amizade, nº 1170, Bairro Centro, CEP nº 69.640-000 - Tabatinga/AM

E-mail: [camara.tabatingaam@gmail.com](mailto:camara.tabatingaam@gmail.com)

Endereço Eletrônico: <https://camaradetabatinga.am.gov.br/portal-da-transparencia/>





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

**II** - recebimento definitivo, após a verificação da conformidade técnica, da qualidade, do atendimento às especificações contratuais e da aceitação formal pela Diretoria Administrativa.

**CLÁUSULA 06 – DA SUBSTITUIÇÃO E RESPONSABILIDADE**

**6.1.** Os bens fornecidos em desacordo com as especificações, que apresentem falhas, defeitos, vícios, avarias, validade vencida ou qualidade inferior à exigida, serão recusados, total ou parcialmente, a critério da Administração.

**6.2.** A detentora da Ata deverá providenciar, sem qualquer ônus para a Administração, a substituição dos bens recusados, no prazo máximo de XX (XXXX) dias úteis, contado da notificação formal emitida pelo órgão demandante, conforme prazo definido no Termo de Referência ou na contratação decorrente.

**6.3.** A substituição deverá ocorrer em condições idênticas às originalmente exigidas, inclusive quanto à marca, modelo, especificações técnicas, prazos de validade, garantias e demais requisitos, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**CLÁUSULA 07 – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA**

**7.1.** constituem obrigações da DETENTORA DA ATA, sem prejuízo de outras previstas no Edital, no Termo de Referência, nas contratações decorrentes e na legislação aplicável:

**I** – Atender às ordens de fornecimento ou requisições formais emitidas pelos órgãos participantes, observadas as condições, prazos, quantitativos e especificações constantes do Edital, do Termo de Referência e da proposta registrada;

**II** – Fornecer os bens em estrita conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade, desempenho, prazos de validade, garantias e demais condições estabelecidas;

**III** – Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, integridade e conformidade dos bens fornecidos, promovendo, quando necessário, a substituição daqueles que apresentarem vícios, defeitos, avarias, desconformidades ou qualidade inferior à exigida;

**IV** - Arcar com todos os custos necessários ao fornecimento dos bens, incluindo transporte, carga e descarga, seguros, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da execução do objeto;

**V** - Manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação jurídica,

regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira exigidas na licitação;

**VI** - Prestar prontamente as informações e esclarecimentos solicitados pela Administração, colaborando com a fiscalização e fornecendo a documentação necessária à verificação do cumprimento das obrigações assumidas;

**VII** - Comunicar formalmente à Administração, de forma imediata, qualquer fato superveniente que possa comprometer o fornecimento regular dos bens ou o atendimento das demandas registradas;

**VIII** - Responder por todos os danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, relacionados ao fornecimento dos bens, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela fiscalização ou pelo recebimento do objeto.

**7.2.** As obrigações específicas relativas a prazos de entrega, prazos de substituição, garantias, penalidades, condições de pagamento e demais aspectos executivos serão detalhadas nas contratações ou instrumentos equivalentes firmados a partir desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA 8 – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES**

**8.1.** As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas pelo órgão ou entidade interessada por meio de contrato administrativo, nota de empenho, autorização de fornecimento, ordem de fornecimento ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.** A convocação da fornecedora registrada para formalização da contratação observará a ordem de classificação constante da Ata, bem como os quantitativos disponíveis e os limites registrados.

**8.3.** Recebida a convocação, a fornecedora deverá confirmar o atendimento e iniciar o fornecimento dos bens no prazo estabelecido no instrumento convocatório, na contratação decorrente ou na requisição formal, sob pena de caracterização de descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços.

**8.4.** A recusa injustificada da fornecedora em atender à contratação solicitada, dentro dos quantitativos registrados, caracteriza descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços, sujeitando-a às penalidades previstas no edital,



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

nesta Ata e na Lei nº 14.133/2021, inclusive:

- I – aplicação de multa;
- II – aplicação das sanções administrativas cabíveis;
- III – cancelamento do registro de preços.

**8.5.** Na hipótese de recusa, impossibilidade de atendimento ou cancelamento do registro da fornecedora convocada, o órgão gerenciador poderá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para assumir o fornecimento nas mesmas condições registradas.

**8.6.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de nova licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada a vantagem para a Administração.

**CLÁUSULA 9 – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**9.1.** Os preços registrados poderão ser revistos ou atualizados a qualquer tempo, em decorrência de:

- I - redução dos preços praticados no mercado; ou
- II - fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, devidamente comprovado, que altere os custos do fornecimento dos bens registrados.

**9.1.1.** Observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e os princípios do equilíbrio econômico-financeiro, da vantajosidade e da economicidade.

**9.2.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador convocará a fornecedora para negociar a redução dos preços aos valores compatíveis com os de mercado.

**9.3.** Caso a fornecedora não aceite reduzir seu preço aos valores de mercado, poderá ser liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades, hipótese em que o órgão gerenciador poderá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**9.4.** Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e a fornecedora comprovar a impossibilidade de cumprir as obrigações assumidas, poderá requerer a revisão dos preços, mediante solicitação formal e apresentação de documentação idônea que demonstre a efetiva variação dos custos do fornecimento dos bens.

**9.5.** O pedido de revisão deverá ser formalizado por escrito e devidamente instruído com planilhas de custos, notas fiscais, contratos de fornecimento, índices oficiais, atos normativos ou outros documentos idôneos, capazes de comprovar a ocorrência do fato superveniente e a necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

**9.6.** A análise do pedido de revisão será realizada pela Diretoria Administrativa, que poderá, de forma motivada:

- I – deferir total ou parcialmente o pedido;
- II – propor negociação para adequação dos preços registrados;
- III – indeferir o pedido, caso não haja comprovação suficiente do desequilíbrio alegado.

**9.7.** O deferimento da revisão não produzirá efeitos retroativos, salvo quando a Administração der causa à demora na análise do pedido, devidamente comprovada.

**9.8.** Independentemente de solicitação da fornecedora, a Administração poderá, sempre que entender necessário, promover negociação dos preços registrados, com o objetivo de adequá-los aos valores praticados no mercado, observados

os princípios da vantajosidade, economicidade e eficiência.

**CLÁUSULA 10 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

**10.1.** O registro do fornecedor poderá ser cancelado, por ato do órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

- I – descumprir as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital, no Termo de Referência ou nas contratações dela decorrentes;
- II – não retirar a nota de empenho, não assinar o contrato ou não aceitar instrumento equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa formal aceita pela Administração;
- III – não aceitar reduzir o preço registrado, quando este se tornar superior ao praticado no mercado, após regular processo de negociação;
- IV – sofrer sanção administrativa que a impeça de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

**10.2.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, ainda, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que impossibilite ou prejudique significativamente o cumprimento das obrigações assumidas na Ata, desde



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

que devidamente comprovado e justificado.

**10.3.** A fornecedora poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a execução das obrigações assumidas, decorrente de caso fortuito ou força maior, mediante requerimento formal, acompanhado de documentação idônea que comprove a impossibilidade de cumprimento da Ata.

**10.4.** O cancelamento do registro de preços não afasta a aplicação das sanções administrativas cabíveis, quando caracterizada infração administrativa, nem exonera a fornecedora da responsabilidade por danos, prejuízos ou penalidades decorrentes do fornecimento de bens em desconformidade com as condições registradas.

**CLÁUSULA 11 – DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CARONA)**

**11.1.** Não será permitida a adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do procedimento licitatório, ficando vedada sua utilização na condição de “carona”.

**11.2.** As contratações decorrentes desta Ata ficam restritas exclusivamente aos quantitativos destinados ao órgão gerenciador e aos órgãos participantes originalmente previstos no procedimento licitatório.

**11.3.** Eventual solicitação de adesão por órgão ou entidade não participante deverá ser formalmente indeferida pelo órgão gerenciador, com fundamento nesta cláusula, na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

**CLÁUSULA 12 – DA FISCALIZAÇÃO**

**12.1.** A execução das contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração especialmente designado(s), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**12.2.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora/contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios, falhas na execução do objeto ou emprego de material inadequado, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.

**12.3.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**12.4.** A fornecedora/contratada deverá prestar todos os esclarecimentos e informações solicitadas pela fiscalização, bem como permitir o acesso dos representantes da Diretoria Administrativa aos documentos, registros, locais e informações diretamente relacionados à execução do objeto contratado, na medida do necessário à verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

**12.5.** No exercício de suas atribuições, a fiscalização poderá, entre outras medidas:

I – exigir a apresentação de notas fiscais, relatórios, registros de controle, laudos técnicos, certificados de qualidade ou quaisquer documentos relacionados à execução do objeto;

II – solicitar testes, ensaios, inspeções, medições ou verificações necessárias à comprovação da qualidade dos bens fornecidos ou dos serviços prestados;

III – determinar a correção, substituição, refazimento ou adequação do objeto em desacordo com as especificações;

IV – propor a aplicação de sanções e glosas, quando verificado descumprimento contratual.

**12.6.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser encaminhadas ao gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis.

**12.7.** Ficam designados para a gestão e fiscalização das contratações decorrentes desta Ata:

Gestor do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

Fiscal Administrativo do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

**12.8.** O acompanhamento e a fiscalização exercidos pela Administração não excluem a responsabilidade da contratada pela qualidade do objeto, pela segurança na execução e pelo cumprimento das normas técnicas, legais, ambientais, trabalhistas e





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

de segurança aplicáveis.

**12.9.** A fiscalização observará especialmente:

- 12.9.1.** controle de validade;
- 12.9.2.** materiais com possível defeitos de fabricação;
- 12.9.3.** embalagens possivelmente violada no ato da entrega;

**CLÁUSULA 13 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas em decorrência desta Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes sujeitará a fornecedora/contratada às sanções previstas nos arts. 155 a 163, especialmente no art. 156, da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.2.** Sem prejuízo de medidas administrativas de orientação, advertência ou notificação para correção de falhas formais de menor relevância, poderão ser aplicadas à contratada, conforme o caso, as seguintes sanções administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

I – Multa, nos casos de:

- a) atraso injustificado na entrega dos bens;
- b) fornecimento de bens em desacordo com as especificações técnicas, condições contratuais ou padrões de qualidade exigidos;
- c) recusa injustificada em atender às ordens de fornecimento formalmente emitidas pela Diretoria Administrativa, dentro dos quantitativos registrados;
- d) descumprimento de obrigações acessórias previstas no edital, nesta Ata ou nos contratos dela decorrentes.

**13.3.** A multa poderá ser aplicada nas seguintes modalidades:

I – moratória, aplicada por dia de atraso injustificado na entrega dos bens, nos percentuais e limites definidos no edital ou no contrato decorrente;

II – compensatória, aplicada sobre o valor da contratação, da parcela inadimplida ou do dano causado, nos casos de fornecimento irregular, inexecução total ou parcial.

**13.4.** Sem prejuízo da aplicação de multa, poderão ainda ser aplicadas as seguintes sanções:

I – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos casos de infração administrativa grave;

II – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da legislação, nos casos de infrações administrativas gravíssimas.

**13.5.** Consideram-se, entre outras, condutas passíveis de penalização:

I – não entrega dos bens ou entrega parcial;

II – atraso reiterado ou injustificado na entrega;

III – fornecimento de bens com defeitos, vícios ou qualidade inferior à exigida;

IV – recusa injustificada em substituir bens recusados ou corrigir irregularidades apontadas pela fiscalização;

V – apresentação de documentação falsa ou prestação de informações inverídicas;

VI – prática de atos que frustrem os objetivos da contratação ou causem prejuízo à Câmara Municipal de Tabatinga.

**13.6.** A aplicação das sanções observará os critérios da proporcionalidade e razoabilidade, considerando-se a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, a vantagem auferida, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes da fornecedora, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**13.7.** As multas aplicadas poderão ser:

I - descontadas dos pagamentos devidos pela Administração;

II - cobradas administrativamente; ou

III - cobradas judicialmente, quando necessário.

**13.8.** A aplicação de sanções não exime a fornecedora da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros.

**13.9.** As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas e cadastros oficiais competentes, na forma da legislação vigente.

**CLÁUSULA 14 – DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E SOCIAIS**

**14.1.** A fornecedora/contratada responsabiliza-se integralmente pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo,



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSÃO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou instrumentos coletivos equivalentes aplicáveis às categorias profissionais abrangidas pela execução do objeto desta Ata e das contratações dela decorrentes.

**14.2.** A contratada é responsável pelo adimplemento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, sociais e tributárias, bem como pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, inclusive quanto ao fornecimento de equipamentos de proteção individual e coletiva, quando aplicável.

**14.3.** Compete ainda à contratada observar integralmente as cotas legais e demais obrigações previstas em legislação específica, incluindo aquelas relativas à contratação de aprendizes e pessoas com deficiência, quando exigido pela legislação vigente.

**14.4.** A inadimplência da contratada quanto às obrigações previstas nesta cláusula não transfere à Administração Pública qualquer responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da contratação ou restringir a regular execução dos serviços, nos termos da legislação aplicável.

**CLÁUSULA 15 – SIGILO, CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DOCUMENTOS**

**15.1.** Todos os documentos, dados, arquivos, mídias, informações logísticas e documentos operacionais e demais materiais fornecidos ou produzidos em razão da execução contratual são considerados confidenciais, sendo vedada sua reprodução, divulgação, utilização ou compartilhamento para finalidade diversa da execução do objeto.

**15.2.** A CONTRATADA obriga-se a adotar medidas técnicas e administrativas adequadas para proteção das informações, inclusive controle de acesso, rastreabilidade, guarda segura e descarte apropriado de resíduos ou cópias.

**15.3.** O dever de sigilo estende-se a empregados, prepostos e eventuais subcontratados autorizados, respondendo a CONTRATADA solidariamente por violações praticadas por estes.

**15.4.** A violação do sigilo sujeitará a CONTRATADA às responsabilidades civil, administrativa e, quando aplicável, penal, sem prejuízo de indenização por perdas e danos e aplicação das sanções contratuais.

**15.5.** A fiscalização exercida pela Diretoria Administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros.

**CLÁUSULA 16 – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

**16.1.** As partes comprometem-se a observar e cumprir integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), bem como demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, no tratamento de informações eventualmente relacionadas à execução desta Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes.

**16.2.** A CONTRATADA compromete-se a tratar os dados pessoais a que tiver acesso exclusivamente para a execução do objeto contratado, observando os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança e confidencialidade previstos na legislação aplicável.

**16.3.** É vedado à CONTRATADA divulgar, compartilhar, transferir ou utilizar, para finalidade diversa da execução contratual, quaisquer dados pessoais a que tiver acesso em razão desta Ata ou das contratações dela decorrentes.

**16.4.** A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e contra situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**16.5.** O dever de sigilo e proteção de dados estende-se aos empregados, prepostos e eventuais subcontratados da CONTRATADA, que deverão observar as mesmas obrigações previstas nesta cláusula.

**16.6.** A violação das disposições desta cláusula sujeitará a CONTRATADA às responsabilidades administrativas, civis e, quando cabível, penais, sem prejuízo da obrigação de reparar integralmente os danos eventualmente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros.

**16.7.** As obrigações relativas à proteção de dados pessoais permanecerão vigentes mesmo após o término da Ata de Registro de Preços ou das contratações dela decorrentes, enquanto perdurar a existência de dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATADA.

**16.8.** Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos dados pessoais tratados no âmbito desta contratação.

**CLÁUSULA 17 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**17.1.** A existência de preços registrados não obriga a Câmara Municipal de Tabatinga a firmar contratações, constituindo mera expectativa de direito ao fornecedor registrado, condicionada à conveniência e oportunidade administrativa.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

**17.2.** A Camara Municipal de Tabatinga poderá, a qualquer tempo, realizar nova licitação ou procedimento de contratação para o mesmo objeto, quando verificar que se mostra mais vantajoso, sem que caiba ao fornecedor registrado qualquer direito à indenização ou compensação.

**17.3.** Os quantitativos registrados possuem caráter estimativo, não gerando garantia de consumo mínimo nem direito adquirido à execução integral.

**17.4.** Os casos omissos serão resolvidos pela Administração conforme a legislação vigente, princípios do direito administrativo, normas editalícias e cláusulas contratuais.

**17.5.** Permanecem válidas e exigíveis todas as demais obrigações previstas no edital, termo de referência, ata de registro de preços e contrato decorrente, que integram o ajuste para todos os fins.

**CLÁUSULA 18 – DO FORO**

**18.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Tabatinga/AM, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes desta Ata de Registro de Preços que não puderem ser solucionadas na esfera administrativa.

Tabatinga/AM, XX de XXXXX de 2026.

XXXXXXXXXXXXXX

PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA

FORNECEDOR (ES):

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

.....  
**NOME DA TESTEMUNHA**

CPF n.º

.....  
**NOME DA TESTEMUNHA**

CPF n.º





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

exigências previstas no Termo de Referência, no prazo máximo definido pela Diretoria Administrativa;

**3.5.** Os bens entregues em desacordo com as especificações técnicas, com a proposta registrada ou com as condições desta Ata poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, devendo a fornecedora providenciar a substituição, às suas expensas, no prazo definido no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**3.6.** A não substituição dos bens recusados no prazo estabelecido caracterizará inadimplemento parcial ou total, conforme o caso, sujeitando a fornecedora às sanções previstas no edital, nesta Ata de Registro de Preços e na Lei nº 14.133/2021.

**3.7.** Todas as despesas relacionadas ao fornecimento dos bens, inclusive transporte, carga, descarga, seguro, tributos, substituição e demais custos operacionais, correrão por conta exclusiva da fornecedora.

#### **CLÁUSULA 4 – DA QUALIDADE DOS PRODUTOS**

**4.1.** Os bens fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas, padrões de qualidade, desempenho e segurança estabelecidos no Termo de Referência, na proposta registrada e nas normas técnicas e legais aplicáveis.

**4.2.** Os bens deverão ser novos, de primeiro uso, originais, quando aplicável, e entregues em perfeitas condições de funcionamento, acondicionados adequadamente para transporte e armazenamento, sem avarias, defeitos ou sinais de uso.

**4.3.** Quando aplicável, os bens deverão:

I – observar as normas técnicas da ABNT;

II – atender às exigências de órgãos reguladores e certificadores competentes, como INMETRO ou outros legalmente exigidos;

III – cumprir requisitos de segurança, desempenho e adequação ao uso a que se destinam;

IV – estar dentro do prazo de validade, quando for o caso, possuindo vida útil compatível com a utilização pela Administração.

**4.4.** A Administração poderá, a qualquer tempo, por meio da fiscalização ou de órgão competente:

I – realizar inspeções, testes, verificações ou diligências;

II – solicitar amostras, catálogos, fichas técnicas, certificados ou laudos;

III – submeter os bens a análises técnicas ou laboratoriais, para verificação da conformidade com as especificações contratuais.

**4.5.** Constatado o fornecimento de bens em desacordo com as exigências de qualidade:

I – os bens serão recusados, no todo ou em parte;

II – a fornecedora deverá providenciar a substituição, às suas expensas, no prazo definido no Termo de Referência ou fixado pela Administração;

III – permanecerá a responsabilidade da fornecedora por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da má qualidade dos bens;

IV – poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas no edital, nesta Ata de Registro de Preços, nos contratos dela decorrentes e na Lei nº 14.133/2021.

**4.6.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da fornecedora pela qualidade, segurança e adequação dos bens fornecidos, respondendo por vícios aparentes ou ocultos verificados posteriormente, nos prazos legais.

#### **CLÁUSULA 5 – DO PREÇO E DO REAJUSTE**

**5.1.** Os preços são os registrados na ARP.

**5.2.** Poderão ser revistos para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021.

**5.3.** Reduções de preços de mercado poderão ser aplicadas por apostilamento.

#### **CLÁUSULA 6 – DO VALOR DO CONTRATO**

**6.1.** O valor estimado do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_.

**6.2.** Trata-se de valor estimativo, condicionado ao consumo efetivo.

#### **CLÁUSULA 7 – DO PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento será efetuado conforme os fornecimentos de bens efetivamente realizados, mediante apresentação de





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

7.2. A nota fiscal deverá estar acompanhada da requisição de fornecimento, do comprovante de entrega e do atesto de recebimento do objeto.

7.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data da liquidação da despesa, nos termos da legislação aplicável.

7.4. Poderão ser aplicadas glosas nos casos de divergência de quantidade, especificação, qualidade ou preço dos bens fornecidos, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

**CLÁUSULA 8 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 Além das previstas no TR e na ARP:

I – Manter condições de habilitação

II – Permitir acesso irrestrito da fiscalização

III – Não interromper o fornecimento sem justificativa aceita

IV – Responder por danos ao patrimônio público

V – Manter preposto formalmente designado

**CLÁUSULA 9 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

I – Emitir requisições

II – Fiscalizar a execução

III – Efetuar os pagamentos

IV – Informar irregularidades detectadas

**CLÁUSULA 10 – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO**

Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021:

Gestor do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

Fiscal Administrativo do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

**CLÁUSULA 11 – DAS SANÇÕES**

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos arts. 155 a 163, especialmente no art. 156, da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa

11.2. Sem prejuízo de medidas administrativas de orientação ou notificação, poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da infração, as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.3. A multa poderá ser aplicada, entre outras hipóteses, nos casos de:

I – atraso injustificado na entrega dos bens;

II – fornecimento de bens em desacordo com as especificações contratuais;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA**  
**COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**

III – recusa injustificada em atender às requisições formalmente emitidas;

IV – inexecução parcial ou total do contrato.

11.4. A multa poderá ser:

I – moratória, aplicada por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida, nos percentuais definidos no edital ou neste contrato;

II – compensatória, aplicada sobre o valor do fornecimento ou da parcela inadimplida, nos casos de inexecução total ou parcial.

11.5. As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observados os critérios de proporcionalidade, razoabilidade e graduação previstos na Lei nº 14.133/2021.

11.6. A aplicação de sanções não exclui a obrigação da CONTRATADA de reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros.

**CLÁUSULA 12 – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA 13 – DA RESCISÃO**

13.1. Aplicam-se as hipóteses dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA 14 – DA VIGÊNCIA**

14.1. Vigência de \_\_\_\_ meses, limitada à validade da ARP, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA 15 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: \_\_\_\_\_

Programa de Trabalho: \_\_\_\_\_

Elemento de Despesa: \_\_\_\_\_

Fonte de Recursos: \_\_\_\_\_

**CLÁUSULA 16 – DA RESPONSABILIDADE CIVIL E AMBIENTAL**

16.1. A CONTRATADA responderá por danos causados à Administração ou a terceiros, inclusive de natureza ambiental, quando decorrentes do fornecimento dos bens, de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA 17 – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Tabatinga/AM.

Tabatinga/AM, XX de XXXXX de 2026.

.....  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA



**ESTADO DO AMAZONAS  
CAMARA MUNICIPAL DE TABATINGA  
COMISSAO LEGISLATIVA DE CONTRATAÇÃO PUBLICA**



FORNECEDOR (ES):

.....  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº XXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

.....  
**NOME DA TESTEMUNHA**

CPF nº.

.....  
**NOME DA TESTEMUNHA**

CPF nº.